

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01882-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2019 apresenta os resultados da Companhia em um ano marcado por desafios importantes para o setor do saneamento.

Nesta publicação, acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e público interessado podem acompanhar os passos dados pela empresa para avançar no cumprimento de suas metas e que demonstram a solidez da Companhia.

O Relatório segue as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), com os requisitos do modelo de governança do Nível 2, da B3, com a Lei das Estatais (13.303/2016) e outras normativas dos órgãos reguladores. O documento retrata o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Nesse processo de transparência, a Sanepar publicará no primeiro semestre de 2020 o Relatório de Sustentabilidade que dará maior visibilidade às suas ações socioambientais e de governança.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Inovação para a sustentabilidade com intuito de promover o saneamento ambiental e gerar valor para a sociedade.

Em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, inovação foi a palavra de ordem neste ano de 2019. Inovação para proporcionar maior eficiência e eficácia. Competitividade e o caminho para que a Sanepar se mantenha na vanguarda, prestando serviços de saneamento ambiental com qualidade para os paranaenses.

A tecnologia foi nossa aliada nesse processo, com a instalação de estações de tratamento de esgoto modulares, construídas com mais rapidez, e que ocupam área menor, com possibilidade de expansão de forma mais ágil e com ganho de eficiência em relação aos sistemas tradicionais. Em 2019, a Sanepar tam-

bém investiu na melhoria dos processos de tratamento de esgoto já existentes, a fim de atender metas contratuais, requisitos legais e compromissos firmados.

A partir do aproveitamento do biogás proveniente do tratamento de resíduos, da energia solar e da conversão hidroenergética em infraestruturas sanitárias, a Sanepar investe na geração de energia limpa buscando reduzir cada vez mais este custo bastante representativo para a Companhia.

Para construir e estabelecer estratégias para uma Sanepar mais robusta e transparente, a Companhia necessita de um esforço contínuo, dinâmico e participativo. Pensando nisso, a empresa realizou a Revisão Estratégica, um intenso trabalho que resultou no realinhamento da Missão e da Visão e na definição do Propósito da Companhia. Isso tudo permitiu visualizar o futuro da Sanepar, determinando caminhos e resultados e direcionando a atuação da empresa e de seus gestores.

Em alinhamento aos objetivos estraté-

gicos da Companhia, gerentes assinaram o Acordo de Gestão, que é uma ferramenta em que se pactuam juntos à diretoria planos de ações que serão desenvolvidos nos próximos anos. O Acordo de Gestão gera pertencimento, facilita o acompanhamento das entregas e busca avançar resultados.

Em dezembro de 2019, a Companhia avançou na busca da excelência da gestão, com o lançamento do Sistema Integrado de Excelência da Gestão Sanepar (SIGES), que propõe a integração dos programas de Qualidade, como o Use o Bom Senso, o Modelo de Excelência da Gestão em Saneamento (MEGSA) e ISO 9001 e ISO 14001.

O Projeto de Lei 4.162/2019, que altera a Lei 11.445/2007 (marco regulatório do saneamento) proposto pelo Governo Federal, está exigindo especial atenção por parte da Companhia, pois da forma como se apresenta pode levar à desorganização e à insegurança jurídica. O alcance da universalização se dará pela

junção do planejamento e da promoção da eficiência, utilizando o que há de melhor nos setores público e privado, promovendo soluções conjuntas.

MAIS SAÚDE

Seja na manutenção ou na ampliação de seus sistemas de água e de esgoto, a Sanepar trabalha para levar saúde à população, pois, como já divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada real investido em saneamento se economiza 4 reais em saúde.

ORGULHO

Apesar de todas as adversidades e desafios, a Sanepar encerra 2019 com a ciência de ter cumprido mais uma vez seu papel com a responsabilidade de uma prestadora de serviço público, comprometida com seus clientes, acionistas e público envolvido.

A SANEPAR

Nosso trabalho enche sua vida de saúde

Criada com a finalidade de promover o desenvolvimento do saneamento básico no Estado, em janeiro de 1963 (Lei 4.684), a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) vem cumprindo seu papel ao longo de sua história.

Garantir o acesso à água tratada para 100% da população urbana de 345 municípios do Paraná e da cidade catarinense de Porto União, sem dúvida, é fator preponderante para o desenvolvimento social e econômico do Estado. O avanço dos serviços de coleta e tratamento de esgoto demonstra que a Companhia tem sido incansável no esforço de promover saúde pública.

Seus indicadores a colocam acima da média nacional de saneamento. Entre os paranaenses abastecidos pela Sanepar, 100% recebem água tratada diante de 83,6% de brasileiros; a coleta de esgoto de 74,2% no Paraná está acima do índice nacional de 53,2% de esgoto coletado; e o contraste é ainda maior quando se compara o serviço de tratamento: a Sanepar trata 100% do esgoto coletado contra 46,3% da média de tratamento do país, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2018).

Essa discrepância no saneamento entre várias regiões de um mesmo Brasil reflete a desigualdade em vários outros setores, como renda per capita, taxas de analfabetismo, expectativa de vida e mortalidade infantil. E, como num ciclo de causa e efeito, tudo está diretamente relacionado à qualidade dos serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura em geral, o que demonstra que os investimentos em saneamento estão consonantes à política de Governo do Estado do Paraná.

Ciente dessa posição de vanguarda que ocupa no saneamento do país, a empresa tem agido de forma determinada para encontrar novos caminhos que alavancem ainda mais seus investimentos. Abriu o capital para atrair investidores, que já somam mais de 64 mil acionistas em várias partes do mundo, sem deixar de lado o seu papel de prestadora de serviço público.

A Sanepar e todos os seus empregados sabem que disponibilizar água potável na torneira 24 horas por dia e coletar e tratar esgoto são essenciais para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

A busca pelo equilíbrio entre interesses públicos e privados tem pautado a Companhia, pois seus investimentos cada vez mais prudentes, sem perder qualidade nos serviços e com tarifas mais justas.

Em 2019, a Sanepar investiu R\$ 1.027,1 milhões e expandiu o campo de pesquisas para aliar tecnologia, qualidade de serviços e custos menores. Participante do Governo 5.0, que visa a implantação de práticas inovadoras na prestação de serviços à população, a Sanepar mantém um Centro de Tecnologia e Inovação, onde são desenvolvidos os projetos mais avançados da empresa.

O objetivo é desenvolver e aplicar tecnologias que signifiquem inovação a serviço da população, com a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente. É uma Sanepar cada vez mais sustentável.

SANEAPAR EM NÚMEROS

346 municípios atendidos

100% de cobertura na rede de água

74,2% de cobertura de rede coletora de esgoto

3,1 milhões de ligações de água

2,2 milhões de ligações de esgoto

55 mil km de rede de água

37 mil km de rede coletora de esgoto

4,5 bilhões investidos nos últimos 5 anos

MODELO DE NEGÓCIO

ANÁLISE E REFLEXÃO DO NEGÓCIO

A Sanepar atua na captação, tratamento, reservação e distribuição

ALOCACÃO DE RECURSOS E CAPITAIS	
CAPITAL FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio líquido de R\$ 6.173,9 milhões e geração de caixa de R\$ 1.460,6 milhões Investimentos de R\$ 1.027,1 milhões Nível de endividamento: 1,4 vez o EBITDA (dívida bancária versus EBITDA)
CAPITAL NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade hídrica de cerca de 1,2 milhão de l/s Recursos energéticos estimados de 2,6 milhões de GJ
CAPITAL HUMANO	<ul style="list-style-type: none"> 6.985 empregados próprios
CAPITAL INTELECTUAL	<ul style="list-style-type: none"> 528 mil horas de treinamento R\$ 10,7 milhões investidos em pesquisa e desenvolvimento
CAPITAL SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> 86% de satisfação com o serviço da central de atendimento telefônico (0800) Relações com consumidores Relações com o Poder Concedente

TEMAS MAIS RELEVANTES	EFICIÊNCIA OPERACIONAL E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS
OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> 3 - Saúde e Bem-estar 6 - Água potável e saneamento 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis

GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE	GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E ÉTICA
	<ul style="list-style-type: none"> 16 - Paz, justiça e instituições eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação

SUSTENTABILIDADE DE RECURSOS ECONÔMICOS	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA E ESGOTO
	<ul style="list-style-type: none"> 8 - Trabalho decente e crescimento econômico 6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo

GESTÃO DE RISCOS HÍDRICOS	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
	<ul style="list-style-type: none"> 6 - Água potável e saneamento 4 - Educação de qualidade 7 - Energia limpa e acessível

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E QUALIDADE	
	<ul style="list-style-type: none"> 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa foi implementada na Sanepar em 2016, com Assessoria de Governança Corporativa, para atender às normas e fiscalização do mercado de capitais - a Companhia está inserida no Nível 2 da Governança da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - e às regras da regulamentação. Ao instituir uma política de governança, a Sanepar reforçou seus compromissos com a transparência, equidade, prestação de contas e sustentabilidade.

Em 2018, no processo de reestruturação organizacional da Companhia, a Assessoria de Governança Corporativa foi transformada em Gerência de Governança, Riscos e Compliance, vinculada à Diretoria da Presidência.

Sua responsabilidade, estão a orientação e a promoção da aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, conformidade e gerenciamento de riscos.

Para atender às legislações a que está sujeita, a Sanepar segue a Lei 6.404/1976 (das Sociedades Anônimas), a Lei 13.303/2016 (das Estatais), a Lei 11.445/2007 (do Saneamento) e o Decreto 3926/88 (Regulamento dos Serviços Prestados). No âmbito estadual, a Companhia obedece às diretrizes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Aregap).

Em 2019, sob a coordenação da Gerência de Governança, Riscos e Compliance, a Sanepar formulou sua Política de Proteção de Dados Pessoais, aprovada pelo Conselho de Administração, já em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, de 13.709), que deve vigorar em agosto de 2020.

A Política de Proteção de Dados Pessoais estabelece diretrizes para uniformizar o comportamento da Companhia no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos, a privacidade e a proteção destes dados, além de disseminar a cultura de segurança destas

de água; na coleta e tratamento de esgoto; e resíduos sólidos. No processo de esgoto, também faz a disposição adequada dos efluentes; na forma líquida, com o lançamento no rio; na forma sólida, com a destinação do lodo para aterro ou uso

agrícola; e, na forma gasosa, com a queima ou aproveitamento energético. Promove, assim, saúde pública e previne doenças, atendendo ao principal ator de seu negócio: o cliente. Como empresa de economia mista e de capital aberto, faz isso de forma

sustentável, com investimentos sob a ótica social, financeira e ambiental. Cumprindo, assim, suas responsabilidades também com fornecedores, acionistas e empregados.

GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

Pensar e agir com integridade

informações em consonância com os seguintes princípios: legalidade, lealdade, transparência, integridade e respeito ao meio ambiente.

Este é mais um exemplo das boas práticas de governança, que convertem diretrizes em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e fortalecer os valores da Sanepar e contribuir para o alcance de padrões de excelência na gestão, com foco em resultados, equidade, prestação de contas e sustentabilidade.

Alinhada às melhores práticas de governança corporativa e às diretrizes do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a Companhia busca ser uma empresa de excelência, comprometida com a promoção do ambiente corporativo íntegro, ético, transparente e em conformidade.

Também merecem destaque as seguintes medidas adotadas em 2019, que reafirmam esse compromisso:

- Implantação do Comitê de Investimentos e Comitê de Planejamento, com o objetivo de alinhar a atuação da Diretoria Executiva;
- Avaliação dos agentes de governança, conduzida por empresa externa;
- Implantação do Programa de Integração de novos conselheiros, com o objetivo de familiarizar o novo agente de governança à Companhia, aliando seu conhecimento sobre as responsabilidades legais e estatutárias inerentes à função de administrador, e criar um ambiente de relacionamento de trabalho com todos os envolvidos para facilitar sua atuação;
- Capacitação dos agentes de governança.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O combate à corrupção, em todas as suas formas, é um compromisso da Sanepar, em especial de sua alta direção, para criar e manter uma cultura organizacional em que todos sempre adotem condutas éticas.

Como qualquer empresa, no desempenho de suas atividades, a Sanepar está sujeita a ser vítima de atos de corrupção. Em caso de administradores, membros de conselhos e comitês ou empregados da Companhia cometerem atos irregulares, a Companhia pode ser vítima de atos de corrupção, pela Lei 12.846/2013, podendo ser aplicadas sanções graves contra a Companhia.

Diante desse cenário, a Sanepar instituiu instrumentos de integridade que espelham o comportamento esperado de todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviço em geral. Contribuem também para que a Sanepar não se desvie da sua Missão, sempre de acordo com os princípios da moralidade e da ética pública, com a atuação honesta e correta de todos os envolvidos nas relações trabalhistas, comerciais e empresariais que mantenha.

Aprovado pelo Conselho de Administração, o Programa de Integridade Sanepar é composto por um conjunto de políticas, normas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação aos atos lesivos previstos na legislação, em especial à Lei Anticorrupção.

A fim de coibir condutas inapropriadas nas relações que envolvem a Companhia, o Programa aplica-se a todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços locais e fornecedores nas dependências da Sanepar ou atuando em nome dela, e serve de referência para fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviço em geral e demais parceiros de negócios. Todos que interagem com ou em nome da Sanepar devem seguir as regras estabelecidas nos instrumentos de integridade e a legislação.

O Programa de Integridade está fundamentado em seis pilares:

- Governança e Ambiente de Gestão;

- Análise de Riscos e Ambiente de Controle;
- Instrumentos de Integridade;
- Comunicação e Treinamento;
- Gestão da Consequência;
- Monitoramento.

A instância responsável pelo Programa de Integridade é a Gerência de Governança, Riscos e Compliance, com autonomia para a tomada de decisão, implementação de ações e apontamento de mudanças necessárias à reafirmação do programa. A gerência reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, em casos de suspeita de envolvimento de integrantes da Diretoria Executiva em irregularidades, ou ainda pela omissão em situação a ele relatada.

Em dezembro de 2019, a Companhia reuniu todo o corpo gerencial para a sensibilização quanto à importância do papel do gestor na efetividade do Programa, debatendo temas como conflitos de interesses, transações com partes relacionadas, Código de Conduta e Integridade, entre outros.

OPERAÇÕES ESPECIAIS

A Companhia foi citada na Operação Rádio Patrulha, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeo) no Estado do Paraná, ao final de 2018 e, posteriormente, houve citulação na Operação Integração. Em decorrência, deflagrou auditoria interna para apuração dos fatos. Em 13 de dezembro de 2019, foi citada na Operação Águas Claras, conduzida pela Polícia Federal.

Segundo as melhores práticas de governança e outras normas que lhe são aplicáveis, a Sanepar procedeu a contratação de Comissão Externa de Investigação, por meio da 5ª unidade Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 15 de agosto de 2019.

A Comissão Externa de Investigação fundamentou o conjunto necessário de ações e emitiu parecer para a contratação de investigação forense. A Sanepar realizou assim as

* O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e taxado pela Sanepar

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-46
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



contratações de Auditoria Forense e Shadow Investigator em novembro de 2019, ambas sob acompanhamento da Comissão Externa de Investigação.

Os trabalhos da equipe de investigação ainda se encontram em andamento, sendo que o resultado poderá eventualmente afetar as demonstrações contábeis no futuro, caso algo seja identificado, conforme Nota Explicativa nº 31 "As Demonstrações Contábeis".

A governança corporativa visa assim, disponibilizar mecanismos que corroborem a transparência na gestão, conforme Programa de Integridade.

CANAL DE DENÚNCIA

O amadurecimento dos processos de governança voltados para o fortalecimento da conduta ética, íntegra e responsável pelo cumprimento de normas e diretrizes, alinhado ao Programa de Integridade, vem alterando a percepção da Companhia quanto à importância de ter um robusto canal de denúncias para a prevenção de irregularidades.

Tendo em vista maior confiança no anonimato, maior confidencialidade, garantia de imparcialidade, a Companhia no final de 2019 reestruturou o canal de denúncias. A partir de 2020, o canal será conduzido por empresa externa e independente. Neste canal, poderão ser registradas denúncias relativas à violação ao Código de Conduta e Integridade, à lei, normas, políticas e procedimentos internos, vazamento ou uso indevido de informações, fraude, corrupção, suborno, recebimento de presentes, assédio, discriminação, preconceito, roubo, furto ou desvio de materiais, favorecimento, conflito de interesses, irregularidades em contratos e licitações.

O canal de denúncias independente estará disponível no site da Sanepar, www.sanepar.com.br. Até a implantação efetiva do canal contratado, as denúncias são recebidas por meio da Ouvidoria da Companhia.

A Ouvidoria, por sua vez, tem o papel de registrar solicitações dos clientes referentes a serviços que não tenham sido satisfatoriamente tratados nos canais convencionais de atendimento, além de receber denúncias de furto de água e ligação irregular.

COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Numa abordagem conceitual, compliance é o dever de agir de acordo, de estar em conformidade e de fazer cumprir regulamentos internos e externos relacionados às atividades da organização. A área de Compliance tem por função promover a integridade e a conformidade organizacional, zelar pelo cumprimento de leis, normativas, políticas e diretrizes internas, demais regulamentos aplicáveis e padrões éticos, orientar e conscientizar quanto à prevenção de atividades e de condutas que possam ocasionar riscos à integridade da Sanepar e de partes interessadas.

A transparência pública é um dos mecanismos mais eficientes e essenciais para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido pela Constituição pela Lei Federal 12.527/2011 (de Acesso à Informação) e pelo Decreto Estadual 10.255/2014, no âmbito do Paraná. O controle social das ações do Estado é medida indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

Atendendo ao princípio de transparência ativa e ressaltadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a Sanepar disponibiliza o Portal da Transparência, dando publicidade aos atos de sua administração, estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações realizadas pela Companhia. Ainda no Portal da Transparência da Sanepar, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Várias outras ações realizadas em 2019 também podem ser destacadas:

- Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos;
- Revisão da Política de Investimentos;
- Revisão da Política de Divulgação de Alto ou Fato Relevante;
- Implantação da Política de Contratação de Auditoria Independente;
- Unificação do Comitê de Ética e Comissão Disciplinar, com a implantação do Comitê de Conduta, que tem por finalidade consolidar os princípios da conduta ética e apurar denúncias de violações ao Código de Conduta e Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade, com a participação dos empregados;
- Estruturação do Programa de Integridade;
- Implantação do Código de Conduta e Integridade em Fornecedores e Parceiros de Negócio.

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhada aos seus objetivos estratégicos, a Sanepar faz, desde 2017, a gestão de riscos em âmbito corporativo, implementada com base no Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO-ERM).

Durante 2019, ocorreu a reavaliação dos Riscos Estratégicos da Sanepar,

resultando na atualização do portfólio, composto por 26 Riscos e 127 Fatores de Riscos. Destes, 7 tiveram seus tratamentos e monitoramentos priorizados para gerenciamento sistêmico:

- Redução de Receita;
- Não Renovação ou Perda de Contratos com Municípios;
- Não Cumprimento da Legislação Ambiental aplicável;
- Falhas na Concepção e a não Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Obsolescência Tecnológica e dos ativos;
- Falha na Prestação de Serviço ao Cliente;
- Falha no Desenvolvimento de Pessoas.

Para fazer frente ao tratamento desses riscos, foram monitorados indicadores e desenvolvidas ações emergenciais, com apresentação mensal de seus resultados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos para aferir o atendimento dos limites de tolerância estabelecidos e, trimes, tratamente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Ainda em 2019 foi estabelecida metodologia de mapeamento de riscos dos processos para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos visando garantir e melhorar a gestão de riscos em todos os níveis da empresa (estratégico, tático e operacional).

Para isso, a equipe de Controle Interno, juntamente com focos designados em áreas críticas, fez levantamento de todos os processos da empresa e, para cada um dos processos identificados, foi aplicada matriz de materialidade com intuito de priorização para o trabalho.

O produto da aplicação do método em processo piloto demonstrou ser eficaz para o fortalecimento dos controles internos e, em 10 processos tiveram seus mapeamentos iniciados até dezembro de 2019, para a identificação de vulnerabilidades e implantação de oportunidades de melhorias.

Para 2020, a auditoria interna deverá promover os testes de eficácia dos controles internos, melhorados e, dessa forma, garantir o alinhamento entre as três linhas de defesa (Gerências, Gerenciamento de Riscos e Controle Interno e Auditoria Interna) da Companhia.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Sanepar está vinculada ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, que aprova e supervisiona as atividades por meio do Plano Anual de Trabalho executado de forma independente e em conformidade com o Regimento Interno da Auditoria.

Nesse processo, além das auditorias sistêmicas, em 2019 foram realizadas e encontram-se em andamento Auditorias Específicas com o objetivo de avaliar a eficiência de processos de interesse da Alta Administração e do cumprimento à Lei das Saneamento (13.303/2016), dentre outras: a) Políticas Financeiras; b) Sociedade de Propósitos Específicos (SPE); c) Processo de Licitação; d) Despesas com Patrocinio e Publicidade; e e) Segurança Cibernética.

AMBIENTE REGULADO

O ambiente de regulação ao qual a Sanepar está submetida, conforme a Lei de Saneamento (11.445/2007), modificou o modelo de tarifa do setor de saneamento no país. O marco regulatório estabeleceu novas regras a fim de que as empresas tenham equilíbrio econômico e financeiro com vistas à universalização do saneamento. A regulação fortalece as companhias, permite a remuneração dos investimentos e beneficia diretamente a população, por meio dos ganhos de produtividade e da modernização tarifária.

Em 2017, em cumprimento à Lei 11.445/2007, a agência reguladora do Paraná, a Apepar, autorizou à Sanepar um repasse tarifário de 25,63% a ser aplicado ao longo de oito anos. Derivado da Revisão Tarifária Periódica (RTP), esse repasse alterou o modelo de tarifa por custos para o modelo de tarifa econômica, que identifica não apenas a variação dos custos, mas o investimento e a remuneração adequada de capital e de reposição de ativos.

A primeira parcela da RTP resultou em um repasse tarifário médio de 6,53% que incluiu as tarifas de 2017, e o restante foi dividido em sete parcelas. A partir de maio de 2019, a terceira parcela do ciclo tarifário, passou a vigorar o reajuste de 5,12%. Em maio de 2019, terceiro ano do ciclo tarifário, a Apepar aprovou o índice de 12,1294% (Resolução Homologatória 006, de 16 de abril de 2019).

A RTP prevê que as companhias de saneamento beneficiem o consumidor com os ganhos de produtividade, o chamado Fator X. Ou seja, os ganhos obtidos com maiores eficiência e produtividade vão se refletir em redução de tarifa. O Fator X foi calculado a partir de premissas aprovadas pela Apepar e terá vigência ao longo do 1º Ciclo Tarifário 2017-2020. O índice de produtividade de fixado foi de 0,77%, e funciona como redutor em parcela da tarifa, nos anos de reajustes tarifários até a próxima RTP, quando o novo preceito e Fator X serão determinados.

Pela relevância do Fator X nos custos de produção, tarifa e resultados, a Companhia faz acompanhamento da evolução das variáveis que compõem o índice, define estratégias e implementa planos de ação para buscar os ganhos de produtividade

definidos na RTP.

Desde 2017, a Apepar está elaborando um novo Regulamento Geral dos Serviços de Saneamento (RGS), a fim de atualizar as regras atuais do setor, estabelecidas em 1988, pelo Decreto 3.925, anterior ao Marco Regulatório do Saneamento (Lei 11.445/2007). Em 2019, a Agência iniciou o processo de aprovação do novo RGS, submetendo-o à consulta pública e a 10 audiências públicas em todo o Estado do Paraná.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de saneamento a serem observadas pelo prestador de serviços, clientes e terceiros envolvidos. E a forma de garantir o fornecimento de água e o esgotamento sanitário, sem prejuízo ao cliente e com garantia de investimentos para ampliação dos serviços.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como órgão soberano a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. O Conselho Fiscal tem como atribuições o acompanhamento das práticas fiscais e contábeis e a prestação de contas anual e a fiscalização dos atos dos administradores, assegurando que a gestão dos negócios atenda aos objetivos definidos no Estatuto Social, bem como legislação vigente, além de outras atribuições legais.

O Conselho de Administração, formado por nove membros (incluindo um representante dos empregados e três membros independentes), é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios, realizar gestão de riscos, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar e avaliar independentemente os membros do Conselho de Administração, formular e expressar as políticas da Companhia, entre outras atribuições previstas no Estatuto Social.

O conselho conta com o assessoria-

mento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico, ambos de atuação permanente e independente. O Comitê de Auditoria Estatutário tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

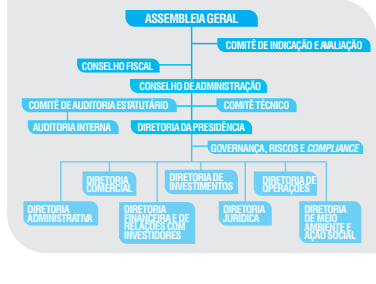
O Comitê Técnico tem, por sua vez, como principais atribuições, analisar e se manifestar por meio de pareceres opinativos não vinculantes, sobre o Plano de Negócios da Companhia, proposta de destinação de lucros do exercício, proposta de celebração de contratos de programa com municípios, impactos dos investimentos, além de acompanhar o atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios.

O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão estatutário de caráter permanente, auxiliar dos acionistas, que verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê Estatutário, nos termos da legislação vigente.

Para executar as estratégias de negócio e implantar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a Companhia tem uma Diretoria Executiva, formada por oito integrantes, todos com reputação íntima e formação específica para a qual foram designados, além de uma Diretoria Adjunta.

Em 2019, foram eleitos sete novos diretores, com a permanência do mesmo diretor de Operações. A Diretoria Adjunta passou a ser vinculada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, com o objetivo de atuar em Compliance Ambiental.

RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES



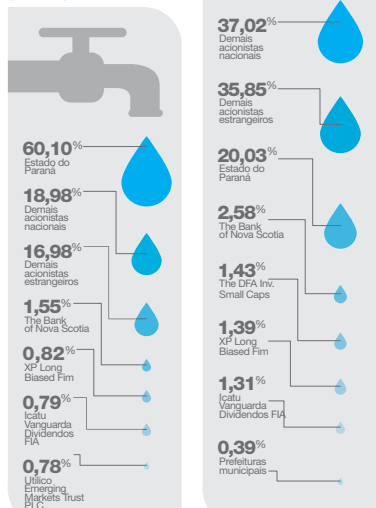
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Governo do Paraná possui 20,03% do capital total da Sanepar, sendo este dividido entre acionistas estrangeiros (39,86%) e nacionais (40,11%). Considerando apenas o capital votante, o Governo do Paraná possui 60,10%, enquanto o restante das ações ordinárias está dividido entre acionistas estrangeiros (19,32%) e nacionais (20,58%). O free float (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

CAPITAL TOTAL

Saiba mais: <http://ri.sanepar.com.br>

CAPITAL VOTANTE



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ nº 06.484.013/0001-46
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A experiência começou na Região Metropolitana de Curitiba e alcançou outras regiões do Estado. Em regiões como as de Umuarama e de Campo Mourão, onde a agricultura tem forte presença, 100% do lodo é direcionado para essa finalidade.

Desde 2007, foram destinadas para a agricultura cerca de 300 mil toneladas de lodo e há projetos para ampliar essa prática em todas as regiões do Estado. Essa experiência, já consolidada, influenciou a elaboração de normas pelo Conselho (Resolução 375/2006) e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná (Resolução SEMA 021/2009), disciplinando o uso agrícola.

Antes de ser enviado às áreas agrícolas, o lodo de esgoto deve passar por testes e atender a padrões de qualidade, sendo aferidas as quantidades de metais pesados, a presença em termos de ovos visíveis de helmintos, salmonela, coliformes termotolerantes e vírus entéricos. Todos estes parâmetros devem estar abaixo dos limites da legislação pertinente. A área agrícola que vai receber o produto também passa por inspeção e análise de um profissional habilitado.

RESÍDUOS SÓLIDOS

A Sanepar faz a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos

sólidos urbanos para sete municípios na região Norte do Estado. Por meio de contratos com os municípios de Cianorte, Apucarana e Cornélio Proença, a Companhia administra três aterros sanitários que, em 2019, movimentaram 64 mil toneladas de resíduos, atendendo a uma população de 290 mil habitantes.

A experiência na gestão de resíduos sólidos começou em 2002 em Cianorte. O aterro, que opera de forma regionalizada, atende aos municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporina e Indaialópolis e foi o primeiro do país sob gestão de uma empresa pública a receber certificação ISO 14001, de gestão ambiental.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Geração de valor com gestão eficiente

No ano de 2019 a economia brasileira apresentou desempenho pouco expressivo, com crescimento do PIB acumulado ao longo do ano no patamar de 1% até o terceiro trimestre, mas com taxas de juros e inflação baixas. Mesmo diante desse cenário, a Companhia deu sequência a resultados positivos alcançados nos últimos anos, afirmando seu equilíbrio econômico-financeiro. O desempenho foi assegurado principalmente pela expansão dos segmentos de água e esgoto e pela atuação da administração na gestão dos custos e despesas operacionais.

A Companhia obteve crescimentos significativos nos seus indicadores financeiros, a receita líquida aumentou 13,5% em comparação a 2018, o lucro líquido avançou 21,0%, enquanto a margem líquida atingiu 22,9% e a margem EBITDA alcançou o índice de 41,7%. Diante destes resultados, os indicadores de rentabilidade apresentaram resultados positivos, com o retorno sobre o capital investido, que chegou a 13,5% em 2019, além da valorização das ações da Companhia.

A busca da Sanepar pela universalização foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos realizados no montante de R\$ 1.027,1 milhões em 2019.

Foram captados recursos financeiros no montante de R\$ 350 milhões com a 9ª emissão de debêntures, utilizados para capital de giro e complemento do programa

de investimentos da Companhia, de acordo com seu compromisso com a sustentabilidade econômico-financeira. A *Fitch Ratings* afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA'(bra) da Companhia e da 9ª emissão de debêntures, sendo que a perspectiva do *rating* corporativo é Positiva. O *rating* foi sustentado pelo baixo risco dos negócios da Sanepar no setor de saneamento básico brasileiro e pelo forte perfil de negócios e financeiro.

O compromisso da Sanepar com a sustentabilidade econômico-financeira pautou a gestão financeira da Companhia no último ano e seguirá como referência, tendo como perspectiva assegurar o equilíbrio econômico-financeiro com a gestão eficiente das receitas, custos e despesas, gerenciamento do fluxo de caixa, além da execução de investimentos prudentes, alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia.

RECEITAS

A receita operacional líquida em 2019 foi de R\$ 4.723 milhões, 13,5% superior a 2018, refletindo a expansão dos serviços de água e esgoto e aplicação do reajuste tarifário de 8,37% a partir de maio de 2019 e da aplicação do diferencial do reajuste tarifário de 3,76% a partir de novembro de 2019, totalizando um reajuste anual de 12,13%.

Inicialmente o reajuste tarifário anual para as contas de água e esgoto foi aprovado pela Agepar em 12,13%. Após suspensão do reajuste por

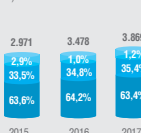
medida cautelar e decisão do Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR) de 2019, foi fixado o reajuste de 8,37% implementado a partir de 24 de maio de 2019.

A Sanepar empenhou esforços em reestabelecer a aplicação do reajuste tarifário e para demonstrar que o percentual inicialmente aprovado pela Agepar atendia aos critérios estabelecidos na metodologia regulatória. O resultado foi o reestabelecimento do reajuste integral pelo TCE/PR com a aplicação do diferencial de 3,76% a partir de 11 de novembro de 2019, sendo que o valor retroativo foi atualizado e aplicado parcelado para a população em seis meses a partir de 19 de novembro de 2019.

Os investimentos possibilitaram a ampliação dos serviços com crescimento de 2,3% na extensão da rede de abastecimento de água e de 2,1% da rede de coleta de esgoto. A quantidade de ligações também cresceu na proporção de 1,8% e 4,2% de água e esgoto, respectivamente.

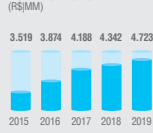
A receita da Companhia continua sendo composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais nos municípios atendidos, representando 77,3% das receitas de água e 76,6% das receitas de esgoto. A sólida receita está amparada pelos contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que tem *Maturity* de 20,4 anos.

RECEITA LÍQUIDA (R\$/MM)



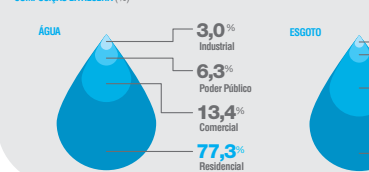
▲ CAGR 12,3%
Percentual médio de crescimento da receita líquida entre 2015 e 2019.

RECEITA LÍQUIDA ATUALIZADA PELO IPCA¹ (R\$/MM)



¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%

COMPOSIÇÃO DA RECEITA (%)



INADIMPLÊNCIA

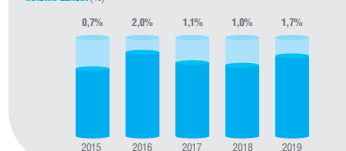
Após os resultados positivos alcançados em 2017 e 2018 o índice de inadimplência apresentou moderado crescimento neste exercício, atingindo 1,7%, motivado principalmente pelo aumento das contas vencidas de até 30 dias dos clientes particulares.

EBITDA

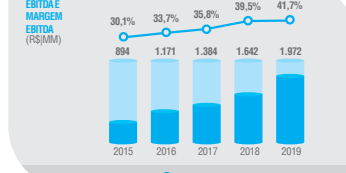
Em 2019, o EBITDA cresceu 20,1% em comparação com 2018, atingindo R\$ 1.972 milhões, resultado de uma gestão sólida da eficiência operacional da Companhia, que manteve o crescimento dos custos operacionais inferiores ao crescimento da receita operacional líquida. A margem EBITDA de 2019 foi de 41,7%, superior ao ano anterior quando atingiu 39,5%.

Enquanto a receita líquida cresceu 13,5%, os custos operacionais que influenciam o EBITDA aumentaram 9,2%, motivados principalmente pelo reajuste da tarifa de energia elétrica, que além do reajuste anual e das bandeiras tarifadas teve a redução do subsídio para o setor de saneamento estabelecido pelo Decreto nº 9.642/18. Houve também aumento dos custos com materiais de tratamento, reforçado o compromisso da Companhia com o tratamento adequado da água e do esgoto. Além disso, houve aumento das provisões trabalhistas e crescimento de outras despesas operacionais.

INADIMPLÊNCIA (%)



EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$/MM)



▲ CAGR 21,9%
Percentual médio de crescimento do EBITDA entre 2015 e 2019.

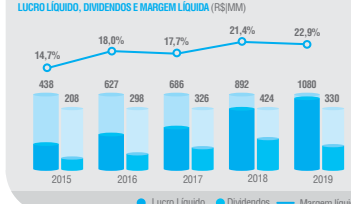
LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido foi de R\$ 1.080 milhões, um crescimento de 21,0% em relação ao exercício anterior. A margem líquida cresceu na proporção de 1,5 p.p., atingindo 22,9% em 2019. O aumento do lucro líquido é resultado do crescimento da receita líquida, da eficiente gestão dos custos e despesas, que a Companhia vem apresentando nos últimos exercícios, e da economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A determinação legal concede aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado. Contudo, a política de dividendos da empresa prevê que a Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio de até mais 25% do lucro líquido. A Administração da Companhia está propondo a distribuição de 32,2% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 330,4 milhões, referentes ao resultado de 2019. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2019. O rendimento da ação aos acionistas (*Dividend Yield*) foi de 6,1% em 2019.

LUCRO LÍQUIDO, DIVIDENDOS E MARGEM LÍQUIDA (R\$/MM)



▲ CAGR 25,3%
Percentual médio de crescimento do lucro líquido entre 2015 e 2019.

LUCRO LÍQUIDO E DIVIDENDOS ATUALIZADO PELO IPCA¹ (R\$/MM)

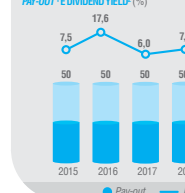


¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%

RENTABILIDADE

Com o desempenho alcançado, a Companhia apresentou crescimento na rentabilidade em relação ao patrimônio líquido: o índice passou de 16,4% em 2018 para 18,2% neste exercício. O retorno sobre o capital investido também apresentou boa performance, passando de 12,6% em 2018 para 13,5% em 2019.

PAY-OUT E DIVIDEND YIELD (%)



¹ Pay-out: percentual de distribuição do lucro.
² Dividend yield: evolução do lucro distribuído com relação ao ano anterior.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)



RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (%)



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 1.460,6 milhões em 2019. No mesmo período, foi pago o montante de R\$ 394,6 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor 32,6% superior ao exercício anterior.

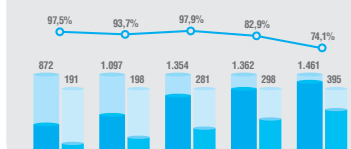
CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Com o objetivo de manter a liquidez e complementar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações.

Em 2019, a Sanepar realizou captação de recursos por meio da 9ª emissão de debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 350 milhões. As debêntures, não conversíveis em ações, têm vencimento para 2024 e 2026. A operação teve classificação de risco de crédito "Rating" pela *Fitch Ratings* com *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA'(bra).

Houve também liberação de recursos referente ao contrato com o Banco KfW, banco de desenvolvimento estatal alemão, no valor de EUR

GERAÇÃO DE CAIXA, DIVIDENDOS E CONVERSÃO EBITDA (R\$/MM)



▲ CAGR 13,8%
Percentual médio de crescimento da geração de caixa operacional entre 2015 e 2019.

450 mil em 2019, equivalente a R\$ 2.063 mil. O contrato junto ao Banco KfW tem como finalidade projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto, sendo o valor total do contrato de EUR 50.000 mil com perspectiva de liberação de recursos até 2023.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 11,9 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 6,2 bilhões e

dívida total de R\$ 5,8 bilhões. O índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 48,3% em 2019, próximo ao índice alcançado no ano anterior de 47,0%.

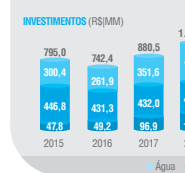
DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 2.806,4 milhões em 2019, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,5 em 2018 para 1,4 em 2019.

ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO (%)



INVESTIMENTOS (R\$/MM)



▲ CAGR 13,8%
Percentual médio de crescimento dos investimentos entre 2015 e 2019.

DÍVIDA LÍQUIDA (R\$/MM)



DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA



INVESTIMENTOS

A Sanepar realiza os investimentos de acordo com diretrizes baseadas nas metas estratégicas e operacionais e dos compromissos legais e ambientais, observada a saúde financeira da Companhia. Nos últimos cinco anos, o investimento acumulado foi de R\$ 4,5 bilhões, destinados

a manutenção de suas operações, ampliação e melhoria dos serviços.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de resíduos sólidos e outros investimentos.

Garantindo a prestação de serviços no futuro, o Plano Plurianual de Investimentos da Companhia para os próximos cinco anos contempla o montante total de R\$ 7,6 bilhões, distribuídos em R\$ 1,3 bilhão em 2020, R\$ 1,6 bilhão em 2021, R\$ 1,6 bilhão em 2022, R\$ 1,5 bilhão em 2023 e R\$ 1,6 bilhão em 2024.

EBITDA ATUALIZADO PELO IPCA¹ (R\$/MM)



¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%

	EBITDA' (R\$ mil)					
Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Var. %
Lucro líquido do exercício	438.444	626.847	686.172	892.487	1.080.034	21,3%
(+) Tributos sobre o lucro	101.870	162.738	227.901	272.515	373.851	30,3%
(+) Resultado financeiro	159.474	164.281	222.167	205.639	180.400	-11,1%
(-) Depreciações e amortizações	194.194	217.111	247.282	271.387	337.442	24,3%
(=) EBITDA	893.982	1.370.977	1.383.522	1.642.028	1.917.721	20,2%

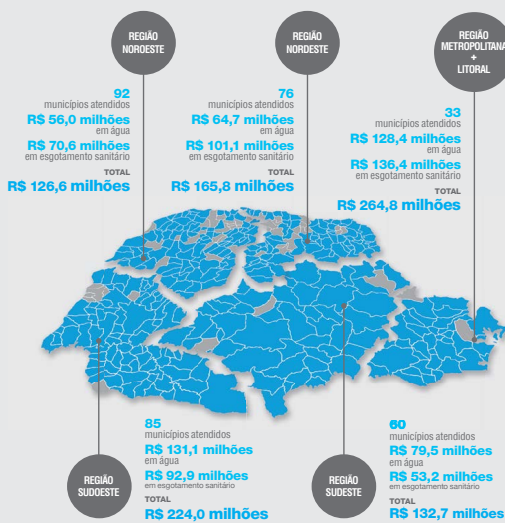
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 16.044.013/0001-46
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



INVESTIMENTOS POR REGIÃO



INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)		2019	2020	2017	2018	2019	DE 2015 A 2019
Água		300,4	261,9	351,6	449,1	459,7	1.822,7
Esgoto		446,8	431,3	432,0	418,2	454,2	2.182,5
Outros		47,8	49,2	96,9	162,7	113,2	468,8
TOTAL		795,0	742,4	880,5	1.030,0	1.027,1	4.475,0

AÇÕES

O ano de 2019 foi marcado pela valorização das ações da Companhia, que fecharam em alta em relação ao ano anterior, com destaque para as ações preferenciais que tiveram alta de 97,0% em relação ao fechamento de 2018. As ações da Companhia estão listadas na Bolsa de Valores do Brasil B3, sob os códigos SAPR3 (ações ordinárias), SAPR4 (ações preferenciais) e SAPR11 (UNITS).

As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2019 com a cotação de R\$ 17,40, apresentando variação positiva de 3,8% em relação ao fechamento de dezembro de 2018, quando a cotação de cada ação era de R\$ 16,77.

As ações preferenciais (SAPR4) fecharam o exercício cotadas a R\$ 21,08, contra R\$ 10,70 em dezembro do ano anterior, uma variação positiva de 97,0%.

As UNITS (SAPR11), lançadas em 2019 e formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2019

com valor de R\$ 101,42, ante R\$ 61,50 em dezembro de 2018, apresentando variação positiva de 64,9%.

O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R\$ 15.336,3 milhões em 2019, 125,2% superior ao volume registrado no ano anterior (R\$ 6.809,5 milhões).

Já o valor patrimonial de cada ação fechou o exercício de 2019 em R\$ 12,30, com acréscimo de 8,4% em relação ao período anterior, quando o valor foi de R\$ 11,35.

SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Sanepar respeita a independência do auditor externo, entendendo a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato com a Companhia para a execução dos serviços de auditoria independentes

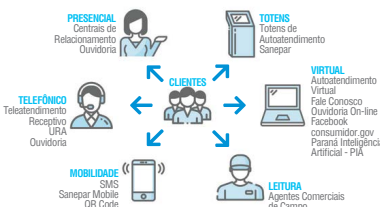
de demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020. O contrato com a auditoria é datado de 26 de novembro de 2019.

A referida empresa de auditoria também efetuou a emissão do relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2019, conforme contrato de 4 de outubro de 2018 e respectivo termo aditivo.

Adicionalmente, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato para prestação de serviços de acompanhamento e avaliação de procedimentos e protocolos de investigação, "Shadow Investigation", referente aos trabalhos de investigação forense executados por empresa de investigação externa independente contratada pela Companhia.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

revisado a cada quatro anos, para ajustes de metas, projetos e ações. Entre os serviços integrantes dos planos, estão abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano,



Esses canais visam atender todo perfil de clientes, tanto os que buscam por mobilidade, pelo atendimento virtual ou físico, e os que optam pelo atendimento telefônico ou presencial.

Quando a Sanepar fala em cliente final, refere-se a um universo de 4 milhões de economias (ou domicílios/móveis) abastecidas com água. Dessas, 3 milhões de economias também são servidas por rede de coleta de esgoto e 290 mil que têm seus resíduos sólidos destinados aos aterros sanitários geridos pela Sanepar. Com tão expressivo número de clientes, o desafio é assegurar atendimento de excelência.

Visando a melhoria do atendimento das necessidades dos clientes, a Companhia vem investindo cada vez mais em inovação e tecnologia, para estreitar o relacionamento e facilitar a comunicação, permitindo o livre acesso a produtos e solicitações de serviços. A Sanepar realiza também pesquisa de satisfação por meio de empresa especializada, com clientes residenciais e não residenciais. A previsão é que para o ano de 2020 sejam realizadas duas pesquisas visando uma maior abrangência dos resultados obtidos.

A modernização das centrais de relacionamento presencial, a ampliação da estrutura de atendimento e a disponibilização de ferramentas digitais cada vez mais intuitivas, além de empregados capacitados, visam oferecer um atendimento ágil, potencializando a satisfação do cliente.

SANEPAR MOBILE

Para o cliente final, é possível acessar a Sanepar Mobile com um simples toque no tablet ou smartphone. Um aplicativo que funciona nas plataformas Android e iOS está disponível gratuitamente nas lojas de aplicativos. O aplicativo permite a realização de serviços on-line, como atualização de cadastro, verificação de falta de água, solicitação de alteração de data de vencimento da fatura, obtenção de código de barras e informações sobre pagamentos, débitos, leitura e consumo. Os serviços podem ser solicitados inclusive nos sábados, domingos ou feriados.

O acesso ao aplicativo é feito pelo titular da conta, por matrícula cadastrada. Em condomínios, o acesso é possível ao síndico ou a outro responsável pela gestão da conta. O aplicativo foi criado por equipe interna da Sanepar, das áreas comercial e de tecnologia da informação, no intuito de melhorar o processo de relacionamento com o cliente.

TÍTULOS DE AUTODETENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços da Sanepar, a Companhia iniciou em 2018 a instalação de totens de autodeendimento nos municípios maiores. Em Curitiba, por exemplo, eles estão nas chamadas Ruas da Cidadania, estrutura da Prefeitura que concentra a oferta de serviços dos governos municipal, estadual e federal.

Há 10 totens em funcionamento no Estado e, em 2019, os totens são acessíveis a todos os clientes externos como supermercados e terminais de ônibus. Nos totens, podem ser acessados serviços de consulta de débitos, consumo, pagamentos e suspensão do abastecimento; emissão de segunda via; atualização cadastral; solicitação de alteração de dados cadastrais e emissão de contas de água/esgoto com cartão de débito.

QR CODE

O QR Code, um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado com câmera de celulares, está sendo impresso no verso das contas mensais e também em caixas de papelão e copos de água envasada da Companhia.

A ferramenta vem sendo utilizada para informar o cliente sobre ações comerciais da Sanepar, divulgação do Sanepar Mobile, cadastramento de contas em débito e, também, totens de autodeendimento e na disponibilização de links para temas importantes como o Relatório Anual de Sustentabilidade, o Plano de Uso Racional da Água e instalação de Reservatório (Caixa d'água), Paraná Inteligência Artificial (PIA) e

drainagem e destinação das águas de chuva.

CLIENTE FINAL

A estrutura de relacionamento com o cliente é composta por vários canais, conforme a figura:

atividades comerciais e se enquadraram no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado, com faturamento total anual estabelecido em Decreto Estadual, na condição de micro e pequena empresa ou microempreendedor individual (MEI). Equivale a 2,5% do número de economias comerciais da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 4,3 milhões no ano;

Tarifa de Entidades Assistenciais e Filantropias: Instituições que oficialmente estão registradas nos órgãos públicos e que prestam serviços à comunidade em forma de caridade e obtêm recursos para o seu funcionamento, com ações de voluntariado e doações dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da sociedade, sem fins lucrativos. Equivale a 2,6% do número de economias de utilidade pública da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 5,8 milhões no ano.

Os critérios de cada uma das Tarifas Diferenciadas estão disponíveis no site <http://site.sanepar.com.br/> na opção Clientes.

A estrutura tarifária da Sanepar é formada por tarifas em blocos crescentes, ou seja, a tarifa do 1º bloco paga-se um determinado preço, o consumo adicional é precificado a uma tarifa maior até o fim do 2º bloco e assim sucessivamente. O bloco inicial é chamado consumo mínimo faturável e vai ao encontro do princípio da solidariedade, pois acarreta o pagamento da receita e possibilita o atendimento dos objetivos sociais da Companhia.

Esta estrutura tarifária estimula a conservação dos recursos hídricos e facilita a universalização do acesso, principalmente da população mais carente a uma demanda mínima, que é oferecida à proporção de ligações, e o índice de satisfação com o serviço da central ficou em 88%.

São disponibilizadas ao cliente, no atendimento, respostas automáticas na URA (Unidade de Resposta Auditiva) para informações sobre falta d'água e débitos pendentes, buscando facilitar e agilizar a informação ao cliente.

A Companhia dispõe também de estrutura com equipe própria, que funciona no horário comercial e é responsável pelo chamado "atendimento ativo", ou seja, dá retorno de alguns serviços.

SMS

Para situações emergenciais, como corte no fornecimento de água, a Sanepar utiliza o sistema de envio de SMS para comunicar os clientes sobre interrupção no abastecimento em sua região. Para receber as mensagens, o cliente deve atualizar seu cadastro e fornecer o número do celular no site ou no aplicativo da Companhia. Em 2019, foram disparadas mais de 2,5 milhões de SMS por meio da Tarifa Social, a fim de viabilizar serviços (água/esgoto) a preços acessíveis a todos os segmentos da população, especialmente os mais pobres. O modelo tarifário vigente possibilita a prática do subsídio cruzado com a gestão de todos os seus sistemas de forma a garantir o atendimento a todas as populações, independentemente de sua condição econômico-social.

PARANÁ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Paraná Inteligência Artificial (PIA), lançado em junho de 2019, é uma plataforma com mais de 380 serviços do Governo do Estado. A ferramenta facilita o acesso a serviços públicos e amplia a interatividade do cidadão com o prestador de serviço. No site, por exemplo, a pessoa cadastrada pode se informar sobre a suspensão do abastecimento de água na região e outros serviços públicos.

ESTRUTURA TARIFÁRIA

Para promover a modernidade da tarifa, é mantida uma estrutura onde o cliente paga o valor justo pelo volume consumido. A estrutura tarifária possibilita que os sistemas de água e de esgoto sejam sustentados por uma única fonte de receita (tarifa), necessária para assegurar os custos fixos e variáveis de operação. Permite ainda o atendimento das famílias carentes por meio da Tarifa Social, a fim de viabilizar serviços (água/esgoto) a preços acessíveis a todos os segmentos da população, especialmente os mais pobres. O modelo tarifário vigente possibilita a prática do subsídio cruzado com a gestão de todos os seus sistemas de forma a garantir o atendimento a todas as populações, independentemente de sua condição econômico-social.

COBRANÇA DE TAXA DE LIXO

A Sanepar disponibiliza aos municípios o serviço de arrecadação da taxa de lixo por meio da conta de água e esgoto encaminhada mensalmente aos seus clientes.

Para prestar este serviço, é feito um aditamento ao Contrato de Programa ou de Concessão, com benefícios às partes envolvidas. Para o Município, há garantia de fluxo de caixa mensal para os custos das despesas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos; para o cidadão, há o parcelamento da taxa em até 12 vezes e a disponibilidade da taxa social para aqueles que possuem baixa renda; e, para a Sanepar, há receita pela prestação do serviço.

Os municípios que usam esse serviço continuam sendo os responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos urbanos. O princípio da transparência é respeitado em todas as fases desse processo. A proposta de cobrança da taxa de lixo na conta de água e esgoto é debatida em audiência pública e aprovada pela Câmara de Vereadores por meio de lei autorizadora. Além disso, o Ministério Público também não se manifestou sobre o tema indicando ações de transparência e respeito ao consumidor que foram implantadas ao processo.

A Sanepar presta este serviço em 121 municípios (120 no Paraná e 1 em Santa Catarina). No ano de 2019, a Companhia ampliou a arrecadação da taxa de lixo para mais 10 municípios e iniciou negociações para atender outras localidades.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Comprometida com a satisfação

A Sanepar atende a dois grupos de clientes: Poder Concedente, que autoriza a prestação do serviço por meio de contratos, e os Clientes Finais, abastecidos com água potável e que têm à disposição serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Conforme a Política de Clientes, a Sanepar busca constantemente a satisfação dos clientes, mantendo, ampliando e inovando sua atuação no setor.

PODER CONCEDENTE

A partir da Lei de Saneamento (11.445/2007), a relação entre a Sanepar e o Poder Concedente se dá por meio de Contratos de Programa.

Esses contratos têm prazo de 30 anos e são vinculados aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), portanto têm metas variadas e condições de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de cada município, focando na melhoria da qualidade de vida da população.

RENOVAÇÃO

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar (345 do Paraná e um em Santa Catarina), 336 têm contratos vigentes e dez contratos encontram-se vencidos e em fase de negociação para assinatura de Contrato de Programa. Entre os que estão em vigor, 175 são de Contratos de Programa, ou seja, posteriormente

res ao Marco Regulatório, e 161 são anteriores ao Marco Regulatório, portanto Contratos de Concessão. O objetivo da Companhia é transformar todos os seus contratos em Contratos de Programa.

RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

O monitoramento dos Contratos de Concessão e de Programa com os municípios é uma rotina na Sanepar. Técnicos da Companhia visitam as Prefeituras e promovem encontros com as comunidades para avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento das metas e a identificação de demandas.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Uma das exigências da Lei Federal 11.445/2007 é que cada município aprove o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A existência do Plano é requisito obrigatório para a assinatura de Contratos de Programa. Segundo a legislação, o plano deve ser elaborado com a participação da população, por meio de consultas e audiências públicas, e aprovado pelos legisladores locais, podendo ter apoio técnico do prestador de serviços. O documento também é

PERFIL DOS CONTRATOS

346	Concessões municipais sendo:
175	Contratos de programa
161	Contratos de concessão
336	Vigentes
10	Contratos vencidos e em fase de negociação
2,8%	de representatividade da receita dos contratos vencidos em relação à receita total

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 07.044.013/0001-49
CATEGORIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br

GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inovação a serviço da saúde e do meio ambiente

As relações complexas entre o acesso à água e o desenvolvimento mostram a urgência de equilibrar a balança entre a demanda por água e a disponibilidade do produto, com foco na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Sanepar alinhada à sua Política Ambiental de buscar a sustentabilidade ambiental, social e econômica nas suas atividades refina seu compromisso com o uso equilibrado dos recursos naturais, a adoção de práticas sustentáveis e a conformidade com as determinações legais.

A empresa desenvolve voluntariamente ações de educação ambiental, mantendo proximidade com os diversos segmentos da sociedade, seus clientes e sua força de trabalho.

Para fortalecer seu compromisso socioambiental, a Sanepar busca ir além da conformidade em seus processos. Para tanto, a inovação tem papel fundamental, está inserida no planejamento estratégico e pautada também na sua Política de Desenvolvimento e Inovação, visando assegurar vantagens competitivas na superação dos desafios atuais e futuros vinculados ao negócio da Companhia.

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS

A Sanepar tem representação formal e participa ativamente de fóruns coletivos deliberativos ou consultivos de meio ambiente e de recursos hídricos nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nestes fóruns, são debatidos e avaliados temas e publicadas resoluções com força legal, dentro de atribuições específicas, que podem influenciar no planejamento e na gestão dos processos da Sanepar.

Neste contexto, a Sanepar atua de forma efetiva nos 11 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Paraná e no Comitê de Bacia Federal do Rio Paranapanema. Nesses Comitês de Bacia, a composição é heterogênea, incluindo representantes de diversos setores da sociedade. Entre suas atribuições, estão o estabelecimento do enquadramento em classes de uso dos rios e as diretrizes e procedimentos formalizados pelo uso da água, além de promover debate e orientações para a gestão eficaz dos recursos hídricos e contribuições para a implantação de políticas relacionadas à preservação e ao uso racional da água.

Além dos Comitês de Bacia, a Sanepar tem representação formal no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos principais municípios onde atua, no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, no Conselho Gestor de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nas suas Câmaras Técnicas, por meio da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Aesbe).

A sistematização e organização da atuação da Companhia na representação nos Fóruns Deliberativos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos está prevista em procedimento normativo interno.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM PARTICIPAÇÃO DA SANEPAR:

- COAJUAR - Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira (com cobrança pelo uso da água instituída desde 2013 pela agência de Bacia)
- Tibagi
- Jordão
- Paranál III
- Baixo Ivaí e Paraná I
- Pirapórema (Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4)
- Norte Pioneiro (Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2)
- Paranapanema (Comitê Federal em conjunto com os Comitês do Estado de São Paulo)
- Utorónea
- Baixo Iguaçu (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Piquiri (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Alto Ivaí (implementado com atividades a serem iniciadas)

EMIÇÃO DE GASES EFEITO ESTUFA

Em consonância com as práticas de gestão sustentável previstas no Mapa Estratégico da Companhia, anualmente os gases de efeito estufa (GEE) gerados nas atividades da empresa são quantificados para elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).

O IGEE permite identificar os principais processos de geração de GEE para que a empresa possa fazer o gerenciamento em busca de sua redução ou neutralização. O primeiro inventário da Sanepar foi elaborado em 2008 com dados referentes ao ano de 2007. Há 10 anos a Companhia reporta seu IGEE ao Registro Público do Programa Brasileiro GHG Protocol.

A Sanepar é a única empresa brasileira do setor "Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação" a reportar seus inventários de gases de efeito estufa no Registro Público de Emissões de Gases. O histórico de emissões da Companhia está disponível no site www.registropublicoemissoes.com.

br.

Os três últimos IGEE foram verificados por um organismo de terceira parte credenciado pelo Immetro, obtendo o Selo Ouro de Confiabilidade, do Programa Brasileiro GHG Protocol, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No ano de 2019, a Sanepar investiu mais de R\$ 10,2 milhões na Gestão de Gases de Efeito Estufa e mais uma vez o IGEE recebeu o Selo Ouro Categoria Ouro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

Os inventários relacionados ao GHG Protocol representam 14,2% das emissões nacionais. Na Sanepar, conforme esperado, a atividade que ocasionou as maiores emissões de gases de efeito estufa foi o tratamento de efluentes, responsável por 92,61% das emissões diretas.

PESQUISA E INOVAÇÃO

A Sanepar está entre as líderes em inovação de infraestrutura no Brasil, de acordo com o ranking do Valor Econômico 2019, o que reforça o protagonismo da Companhia em busca de soluções inovadoras e sustentáveis, de modo a disponibilizar os serviços de forma mais célere, eficiente e sempre visando o menor impacto no orçamento da população paranaense e a constante melhoria de seus processos. Em 2019 foram investidos mais de R\$ 10,7 milhões em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

Dentre as ações inovadoras realizadas no ano de 2019 podem ser citadas:

- Consolidação das tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs), sendo inaugurada no município de Santa Helena uma planta com o canteiro de mineralização para acondicionamento e tratamento do lodo gerado pelo processo de tratamento de efluentes;
- Operação de queimadores enclausurados para biogás em ETEs de Curitiba e Região Metropolitana;
- Elaboração de diretrizes para a conservação de mananciais; gestão de recursos hídricos sustentáveis; início dos projetos de fitoremediação para revitalização de rios urbanos em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e com o município de Curitiba;
- Monitoramento em tempo real do consumo de energia elétrica nas maiores unidades consumidoras;
- Instalação de dispositivos de internet das coisas (IoT) em unidades operacionais;
- Estudos sobre água de reúso para fins industriais e sobre tratamento de efluentes industriais;
- Início da compensação de energia elétrica no sistema de geração hidroenergética do Aeroporto de São José dos Pinhais e na empresa CS Bioenergia S.A., além da implantação da usina solar fotovoltaica flutuante no reservatório do Passaúna, projeto inédito no setor de saneamento brasileiro.

Houve também, em 2019, a cerimônia da segunda edição do Prêmio Sanepar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores de todo o Brasil, e também o evento Prêmio Ivaí Sanepar, exclusivo aos empregados da Companhia, com a publicação de um livro contendo os trabalhos premiados e divulgação das práticas e estudos técnicos para partes interessadas.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E BIOENERGIA

O tema energia tem sido amplamente discutido na Sanepar pelo fato de a energia elétrica ser insumo fundamental para o funcionamento de suas atividades e garantir o crescimento de demandas de seus serviços.

Em 2019 a Companhia consumiu 673 GWh de energia elétrica, o que representa cerca de 17% das despesas operacionais, sendo o segundo maior custo operacional da Sanepar. O consumo de energia nas mais de 4,1 mil unidades, sobretudo em infraestruturas sanitárias, faz da Sanepar o maior consumidor corporativo de energia elétrica do Estado do Paraná.

Não obstante, em tempos em que o aquecimento global e as mudanças climáticas são assuntos de repercussão mundial, a implementação de ações de eficiência energética torna-se essencial para minimizar impactos ambientais e reduzir emissões de gases industriais de efeito estufa.

Nesse sentido, por meio da conservação e do uso racional da energia, e a partir do aproveitamento dos potenciais de geração de energia limpa, a Companhia tem impulsionado a sustentabilidade não apenas econômica, mas também social e ambiental em seu modelo de negócio.

Para tanto, a Sanepar tem incentivado a inovação, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de novas práticas que possibilitem redução de custos, eficiência energética e de seus processos e, consequentemente, aprimoramento de seus serviços de saneamento ambiental.

Têm sido implementadas com sucesso na Companhia medidas

como a gestão de faturas de energia elétrica, a partir da seleção da modalidade tarifária mais adequada, o controle dos excedentes reativos, das ultrapassagens e adicionais de demanda. A Sanepar tem buscado a diminuição do fator de carga dos sistemas em horários de ponta, período em que a tarifa de energia elétrica é mais cara, deslocando a potência elétrica contratada junto à concessionária para horários em que a rede elétrica é menos demandada.

Além disso, tem priorizado a manutenção periódica das unidades operacionais e a aquisição de equipamentos eficientes, em especial de conjuntos motorbomba.

Desde o início de 2019, está sendo feito o monitoramento do consumo de energia elétrica, em tempo real e a distância, de 93 unidades da empresa.

A partir da concepção de um novo negócio respaldado nos conceitos de economia circular, uma usina de biodigestão de alta tecnologia, a CS Bioenergia S.A. está em fase de construção e deverá entrar em operação no próximo a ETE Belém, produzindo energia renovável a partir do tratamento simultâneo e inovador de lodo de esgoto e de materiais

orgânicos provenientes de outros grandes geradores. Sua capacidade é de produzir 2,8 MW - energia suficiente para atender aproximadamente 2.100 casas, ou 8.400 pessoas.

Em 2019, a CS Bioenergia S. A. atingiu sua capacidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

A Sanepar também tem feito estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termogeração e a higienização e a higienização de lodo de esgoto. Os resultados obtidos comprovam que a técnica pode reduzir custos operacionais com manejo e disposição final do material. Isso ocorre porque o processamento térmico reduz significativamente o volume final de lodo a ser disposto, promovendo a higienização sem o uso de produtos químicos. O lodo será utilizado para a produção de biofertilizante na agricultura e empregado como biomassa, sendo transformado termicamente em energia complementar para o seu próprio processo de secagem.

paranaense. A encenação em vídeo mapeado 3D "Ecôfábrica do Papai Noel" transmite uma mensagem sobre sustentabilidade aliada ao espírito natalino para 3,8 mil pessoas em cinco apresentações.

OPERAÇÃO VERÃO

A cada ano, durante a temporada de verão, a Sanepar desenvolve ações especiais para melhorar o atendimento ao fluxo de veranistas que se deslocam ao litoral paranaense, em parceria com instituições do Governo do Estado.

As ações da Sanepar buscam assegurar abastecimento contínuo de água e manutenção das condições de higiene e limpeza da orla.

Para garantir disponibilidade de água tratada e coleta e tratamento de esgoto durante todo o verão, a Sanepar investe continuamente em manutenção e novas obras do sistema de abastecimento.

Na área ambiental, a Sanepar contribui com a limpeza das praias. Durante a temporada, todos os dias, equipes contratadas pela Companhia percorrem 48 km da orla para remoção de resíduos deixados na areia e detritos trazidos pelas marés.

O trabalho realizado durante a temporada, nas praias do Paraná, é considerado referência no país.

As ações de educação ambiental envolvendo atividades recreativas, tiveram a participação de mais de 40 mil pessoas. Essas atividades são realizadas por equipes contratadas pela Sanepar, em parceria com outros órgãos municipais e de governo, que atuam na sensibilização dos visitantes para a responsabilidade com os resíduos sólidos e combate ao desperdício.

O projeto Chuá, com a instalação de duchas ecológicas à beira mar nos principais pontos de banho da orla, atendeu mais de 175 mil banhistas, oferecendo conforto e reduzindo o consumo de água tratada nas cascas de veranistas.

Os números da temporada 2018/2019 foram: 48 km de praias saneadas; 690 t de resíduos coletados; 106 postos de trabalho gerados; 120 mil sacos de lixo utilizados; 300 tambores de 200 litros distribuídos na orla para receber resíduos das veredas.

ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS

O Projeto Praia Acessível propõe o uso de cadeiras anfíbias para que pessoas com dificuldade de locomoção possam entrar no mar com segurança. Na temporada 2018/2019 a Sanepar registrou 384 atendimentos. O projeto foi desenvolvido pela Sanepar em parceria com o Conselho do Estado. Foram disponibilizadas 9 cadeiras para uso nas praias de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Uma equipe de voluntários cuida do desfrute do banho de mar com segurança.

GESTÃO DE PESSOAS

Preparando as pessoas para a Sanepar do futuro

EMPREGADOS SANEPAR

A Sanepar investe continuamente em programas de desenvolvimento pessoal e profissional, por entender que manter serviços e atendimento de excelência requer um corpo funcional qualificado e atualizado com as tendências do universo corporativo e com os avanços tecnológicos.

Em 2019, a Sanepar contava com 6.985 empregados, 145 estagiários e 265 aprendizes. O tempo médio dos saneparianos na Companhia é de 14,5 anos. A rotatividade neste ano foi de 0,473%, as horas extras em relação às horas normais de trabalho foram de 3,7% e o absenteísmo de 1,2%.

Do total de postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-maternidade 65 mulheres usufruíram do benefício, e a licença-paternidade ampliou de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Esse movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empre-

OPERAÇÃO VERÃO EM NÚMEROS

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

690 toneladas de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos às famílias Ecoduchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

384 atendimentos com cadeiras anfíbias

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (%)



PROJETOS AMBIENTAIS

A empresa desenvolve programas e projetos transversais aos processos corporativos, em consonância com a sua política ambiental de promover e consolidar as ações socioambientais com o uso de ferramentas da educação formal e não formal, conforme preconizam as políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental (Leis 9.795/1999 e 17.505/2013), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em 2019, a Sanepar realizou 1,9 mil ações de educação ambiental inter-relatadas com o desenvolvimento sustentável.

SE LIGUE NA REDE

O Programa Se Ligue na Rede visa garantir que a rede coletora de esgoto disponível para a população seja usada de forma correta e não de forma que cause danos ambientais. Durante a execução de obras de esgotamento sanitário, a Sanepar promove reuniões de educação hidroenergética nas comunidades que serão atendidas com o serviço.

Os moradores recebem informações sobre a obra na sua região, o cronograma dos prazos, impactos gerados e orientações sobre as responsabilidades da população e da Sanepar.

São realizados eventos socioeducativos para a formação de agentes que vão disseminar conceitos de saneamento ambiental e, também, são capacitados encarregados para a correta interligação do imóvel à rede coleta de esgoto. Além de assegurar a ligação correta, os cursos propõem geração de renda a esses profissionais.

Em regiões já atendidas com rede coletora, a Sanepar faz visitas técnicas nos imóveis para identificar ligações incorretas e conscientizar as famílias sobre os procedimentos corretos para o bom uso do sistema.

Os resultados do Se Ligue na Rede são percebidos pela área operacional da Sanepar com o aumento do índice de interligações corretas, a redução de manutenções na rede de refluxos e a melhoria da qualidade do esgoto que chega às estações de tratamento.

Em 2019, mais de 40 municípios do Paraná receberam ações do programa.

CAIXA D'ÁGUA BOA

Famílias já atendidas pelo programa Tarifa Social da Sanepar e inscritas no Cadastro Único do Governo Federal podem se beneficiar pelo Programa Caixa d'Água Boa, desenvolvido pela Sanepar em parceria com o Governo do Estado por meio da Secretaria do Estado da Justiça, Família e Trabalho.

Extensão de um projeto-piloto que já está beneficiando 500 famílias do regime de Laranjeiras do Sul, o Caixa d'Água Boa foi ampliado em 2019, com a instalação de reservatórios domiciliares para 3,5 mil famílias de 134 municípios do Paraná.

A Sanepar forneceu kits compostos por reservatório domiciliar de 50 litros, tubulação e base metálica, além de prestar apoio técnico e capacitação para a instalação dos equipamentos. O Governo do Estado fez a gestão do programa e disponibilizou recursos financeiros para as famílias pagarem a instalação das caixas d'água (mão de obra). E

os Municípios fazem o armazenamento e a distribuição dos materiais, além da fiscalização da efetiva instalação.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM EMPREENDIMENTOS

Para garantir a segurança hídrica na Bacia do Miringuava e atender às condicionantes do licenciamento para a construção da barragem do reservatório, a Sanepar desenvolveu em 2011 o Projeto Socioambiental do Miringuava.

O objetivo é promover impactos positivos na qualidade de vida dos produtores e moradores rurais que serão afetados com a barragem. São ações de orientação e qualificação para que adotem novas práticas de produção e comercialização dos produtos agrícolas com ênfase na sustentabilidade.

Durante todo o planejamento e a execução da obra, técnicos da empresa desenvolvem ações de apoio às famílias. Foi estabelecido um diálogo com a comunidade acerca das desapropriações e dos impactos do empreendimento em suas vidas. Esta prática proporcionou fortalecimento e organização da comunidade; redução de conflitos e do número de ações judiciais no processo indenizatório; diálogos para o estabelecimento de parcerias com várias instituições públicas, privadas, de educação e pesquisa e também com o município de São José dos Pinhais. O projeto também promoveu a integração entre várias unidades da Sanepar que atuam na área.

Em 2019, as ações do projeto atingiram o público urbano da Grande Curitiba, com a participação de técnicos do município de Curitiba e a formalização do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Grupo Botafogo, que lançou o Movimento Viva Água, na Bacia do Miringuava.

DE PORTAS ABERTAS PARA A COMUNIDADE

A Sanepar possui vários espaços de abertura para a sustentabilidade no Estado, onde visitantes tem contato com conceitos e práticas para a conservação dos recursos hídricos. O Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (CEAM) fica junto aos Reservatórios Pirapórema I e II, na Região Metropolitana de Curitiba. Inserido

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.484.013/0001-46
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



EQUIDADE E PLURALIDADE

Em 2019, a Sanepar foi a primeira empresa de saneamento do país a receber o prêmio nacional Weps (Women Empowerment Principles) na Categoria Bronze – Grandes Empresas da ONU Mulheres. O prêmio traz o reconhecimento à Sanepar por suas ações de equidade de gênero, de acordo com os sete princípios de empoderamento da ONU, compromisso assinado pela empresa desde 2017.

Política institucional de equidade de gênero, transparência na divulgação dos indicadores por gênero, atenção à saúde por gênero, benefícios oferecidos pela empresa como licença maternidade e paternidade estendida, vagas no estacionamento prioritárias para gestante, disseminação do tema por meio de EaD e conscientização sobre assédio moral e assédio sexual, ações que levaram a Sanepar a ser reconhecida, junto a empresas como Petrobras, Itaú, Braskem, Carrefour, entre outras, a conquista do prêmio.

DIVERSIDADE

Outra política adotada desde 2016 é a de estímulo à pluralidade de segmentos representados no corpo funcional. A partir de então, a Companhia vem acompanhando a participação de negros e de pessoas com deficiência no conjunto dos empregados. Segundo os últimos dados pesquisados, 4,75% dos colaboradores em geral (nos níveis gerencial, profissional e técnico) são negros e 1,31% são pessoas portadoras de necessidades especiais.

BALANÇO SOCIAL ANUAL

	2019	2018
1) BASE DE CÁLCULO	VALOR (Mil Reais)	VALOR (Mil Reais)
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.722.826	4.162.205
Lucro Operacional (LO)	1.453.884	1.165.002
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	946.790	893.281

2) INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	96.285	10,17	2,04	93.059	10,42	2,23
Encargos sociais compulsórios	216.848	22,90	4,59	207.561	23,23	4,99
Previdência privada	33.598	3,55	0,71	31.682	3,55	0,76
Saúde	69.238	7,31	1,47	64.961	7,27	1,56
Vale transporte	1.635	0,17	0,04	1.267	0,14	0,03
Segurança e saúde no trabalho	12.881	1,35	0,27	12.760	1,43	0,31
Educação	-	-	-	693	0,08	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.423	0,47	0,09	5.102	0,57	0,12
Creches ou auxílio-creche	2.243	0,25	0,05	2.323	0,26	0,05
Participação nos lucros ou resultados	76.627	8,09	1,62	134.246	15,03	3,23
Outros	87.826	9,28	1,86	76.160	8,53	1,83
TOTAL - Indicadores Sociais Internos	601.694	63,54	12,74	629.814	70,51	15,13

3) INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	6.709	0,46	0,14	6.480	0,56	0,16
Fundos da Criança e do Idoso	2.500	0,17	0,05	2.600	0,22	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	400	0,03	0,01	1.914	0,17	0,05
Lazer e diversão	421	0,03	0,01	1.619	0,14	0,04
Outros	697	0,05	0,02	6.329	0,54	0,15
Total das Contribuições para a Sociedade	10.727	0,74	0,23	18.942	1,63	0,46
Tributos (excluídos encargos sociais)	757.634	52,11	16,04	621.036	53,31	14,92
TOTAL - Indicadores Sociais Externos	768.361	52,85	16,27	639.978	54,94	15,38

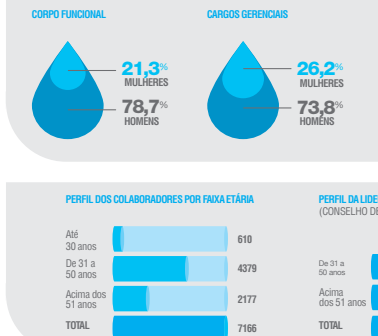
4) INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	1.087.973	74,83	23,04	1.000.300	85,86	24,03
Em Programas e/ou projetos externos	80.252	5,52	1,70	60.681	5,21	1,46
TOTAL - Investimentos em Meio Ambiente	1.168.225	80,35	24,74	1.060.981	91,07	25,49

5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019	2018
Nº de empregados (as) ao final do período	6.985	7.022
Nº de admissões durante o período	7	17
Nº de estagiários (as)	145	170
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.238	3.060
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.487	1.494
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,80%	30,13%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	332	335
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais ¹	91	93

6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO DESEMPENHO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019	2018
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,63	23,77
Número total de acidentes de trabalho	351	310
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa () direção e gerências () todos(as) empregados(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são considerados (X) não são considerados (X) são considerados	() não são considerados () são considerados (X) não são considerados (X) são considerados
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva () não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva () não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2019: 3.239.253	Em 2018: 2.976.128
Distribuição do Valor Adicionado (VLA):	29,0% governo 30,9% colaboradores(as) 10,2% acionistas 7,7% terceiros 23,2% retido	25,5% governo 33,9% colaboradores(as) 14,2% acionistas 10,6% terceiros 15,8% retido

¹ Cota de Atores Desempregados em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005.
² Cota de Deficientes Físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

RECURSOS POR RENÚNCIA FISCAL (R\$ MIL)	
Cultural e artístico	5.566
Esportes	1.143
Fundo da Criança e do Adolescente	1.250
Fundo do Idoso	1.250
Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)	-
Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência)	400
PRAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	7.568
Incentivo Empresa Cidadã	751
Lei do Bem	771
TOTAL	18.699



GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento realizada na Companhia foi intensificada com a adoção dos planos de incentivo à aposentadoria e de demissão voluntária, onde destaca-se a transferência do conhecimento adquirido como legado dos antigos empregados. Esta transferência tem sido devidamente registrada e, com isso, muitos processos, práticas e experiências já foram sistematizados, por meio de documentos normativos, apostilas, manuais, cursos de educação à distância, trabalhos técnicos constantes no acervo da biblioteca, para que fiquem preservados. O registro desses conhecimentos compõe um acervo que faz parte do projeto de melhoria dos procedimentos e alinhamento das melhores práticas aos objetivos estratégicos da empresa.

Em 2019, foram finalizados os módulos teóricos do curso de Especialização em Saneamento Ambiental, na modalidade semipresencial, realizado em parceria entre a Sanepar e a Universidade Estadual do Norte do Paraná, por meio de rede tecnológica. Fizaram o curso 500 empregados, de todas as áreas da Companhia, da capital e do interior. Os trabalhos de conclusão do curso e a formatura estão previstos para 2020.

A Educação a Distância (EaD) é outra alternativa amplamente usada para a disseminação do conhecimento dentro da empresa por permitir acesso do empregado, independentemente da sua lotação ou turno de trabalho.

Para isso, foi criada uma plataforma on-line, com conteúdos diferenciados e oportunidades de aperfeiçoamento nas mais diversas áreas. São cerca de 300 cursos em módulos no catálogo geral de EaD e outros 27 cursos chamados customizados, ou seja, são mais compactos e com temática relacionada às atividades da Sanepar. Todos os cursos dão direito a certificado. A plataforma também possibilita o acesso a publicações técnicas e vídeos.

Em 2019, foram ofertadas mais de 215 mil oportunidades, com aproximadamente 528 mil horas de treinamento. Destes, os cursos de EaD da Sanepar atenderam mais de 2,6 mil empregados, com a emissão de mais de 6,1 mil certificados de conclusão, totalizando mais de 56 mil horas de treinamento.

AValiação de Desempenho

E PLANO DE CARREIRAS

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) é uma das ferramentas utilizadas pela empresa para reter talentos. O processo considera três grandes aspectos: indicadores institucionais; contribuição das empresas; e competências técnicas e comportamentais de cada. Em 2019, 100% dos empregados ativos foram avaliados, ou seja, empregados que trabalharam mais de 120 dias no ano, o que correspondeu a 99,17% do quadro funcional.

Com o intuito de investir cada vez mais em políticas internas que reconheçam méritos, potencialidades e competências, e de aprimorar o PCCR, em 2019, a Diretoria da Sanepar nomeou Comissão com representantes de todas as diretorias com a finalidade de alinhar o relatório apresentado em 2018 aos objetivos estratégicos da Companhia e promover uma gestão mais eficiente e meritocrática. As alterações propostas pela Comissão estão previstas para serem implantadas no ano de 2020.

Integração, Motivação e Satisfação do Empregado

O Programa de Qualidade de Vida cumpre múltiplas finalidades: promover a integração dos empregados; criar oportunidades de convívio social; oferecer atividades de lazer, recreação e cultura; aprimorar pessoas de diferentes graus de hierarquia e incentivar o espírito de equipe. O grau de satisfação e bem-estar dos empregados é avaliado periodicamente desde 2001, por meio de uma pesquisa de clima organizacional, denominada Fale Francamente, acessada via Intranet. Os resultados dos questionários são analisados e divulgados, servindo para diagnóstico e definição de planos de ação inseridos no planejamento setorial e estratégico.

Na última pesquisa, divulgada em 2019, em cerca de 60 dias de pesquisa on-line, o índice de participação atingiu 78,4%. As avaliações superaram a meta corporativa de 7,5, com nota média de 7,6 de satisfação dos empregados. A partir da apuração dos resultados foram apresentados à Direção da Companhia e repassados aos gerentes para encaminhamento individual em suas áreas e desenvolver seus planos de ações.

Essa ferramenta tornou-se um grande atrativo para dar mais visibilidade a quem faz a história da Sanepar.

TEMPO DE CASA

Na Intranet, foi criado um espaço chamado "Tempo de Casa", que homenageia os trabalhadores que estão fazendo aniversário de empresa. A página virtual exibe, a cada dia, uma galeria de fotos dos empregados que tenham iniciado sua jornada na empresa naquela data, em ordem dos mais antigos para os mais novos. Junto com a foto, estão o nome, a gerência e o tempo de casa.

Essa ferramenta tornou-se um grande atrativo para dar mais visibilidade a quem faz a história da Sanepar.

SAÚDE E SEGURANÇA - AÇÃO E PREVENÇÃO

Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro para seus empregados é uma das condutas da Sanepar, que têm reflexo direto na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por consequência, na de seus familiares. A Companhia entende a segurança como dever e direito de todos, para garantir integridade física, psicoemocional e social dos empregados.

Para atuar de forma preventiva, a Sanepar adota uma série de iniciativas voltadas à saúde e à segurança:

- Mantém técnicos e engenheiros de segurança que atuam diretamente nos setores operacionais, próximos às áreas de trabalho para identificar pontos de melhoria e implementação da Política de Segurança;
- Garante o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipats), que definem procedimentos e ações de prevenção a acidentes, doenças decorrentes do trabalho e relações interpessoais referentes ao cotidiano.

Em 2019, atuaram em todo o Estado 65 Cipats formadas por 508 empregados. As Cipats em parceria com a Gerência de Gestão de Pessoas, as gerências regionais e a Fundação Sanepar realizaram palestras e campanhas importantes, como Setembro Amarelo (prevenção a suicídio), Outubro Rosa (prevenção a câncer de mama e de colo do útero), Novembro Azul (prevenção a câncer de próstata), entre outras.

Essas atividades reforçam e motivam as iniciativas de prevenção à saúde dos empregados e familiares.

Ações desenvolvidas durante o ano de 2019:

- Realização em todo o Estado de Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipats);
- Disponibilização de atividades de desenvolvimento pessoal para melhoria do desempenho de cada empregado, como treinamentos regulamentados em normas vigentes e cursos específicos;
- Foram oferecidas 13,2 mil oportunidades de treinamentos voltados à saúde e à segurança dos empregados, totalizando cerca de 82 mil horas de treinamentos;
- Promoções de campanhas anuais de vacinação contra gripe, análises de condições ergonômicas das equipes funcionais, treinamentos sobre riscos biológicos e primeiros socorros;

- Realização de exames médicos periódicos específicos de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

A Sanepar disponibiliza também a todos os empregados o Plano de Saúde e Assistência – SaúdeSaúde, assim como o Plano de Previdência Privada – Fusanprev, benefícios administrados pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Os empregados da Sanepar são representados por 23 sindicatos, que atuam em nome das várias categorias profissionais da força de trabalho da Companhia. Para estreitar os laços com os sindicatos, a Sanepar criou uma Comissão de Negociação Sindical, de caráter permanente. Na negociação coletiva, são definidos reajuste de salários e pagamento de benefícios, como o Plano de Participação nos Resultados (PPR), com base nos indicadores da empresa obtidos no ano anterior. O PPR é uma forma de reconhecimento ao empenho dos trabalhadores na busca por resultados e melhores indicadores da empresa.

A Sanepar também assegura aos seus empregados alguns direitos não previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e nem em lei específica, mas que dependem de negociação entre empregado e empregador ou com mediação sindical. Independente de sua natureza, todos os benefícios concedidos buscam motivar o empregado e melhorar sua qualidade de vida.

Entre os vários benefícios concedidos pela Sanepar aos empregados, destacam-se assistência social, abono indenizatório, auxílio-creche, auxílio-doença, vale-alimentação e vale-transporte, fracionamento de férias e licença sem remuneração.

NOVOS BENEFÍCIOS

Além da reposição salarial, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o acordo salarial de 2019 incluiu benefícios diferenciados para a vida cotidiana do empregado.

Licença para acompanhamento médico familiar, atestamento por casos de violência doméstica e redução de carga horária para empregados que sejam pais de portadores de necessidades especiais (PE), são itens que reforçam a importância da humanização na gestão de trabalho.

CAMPANHAS INTERNAS

CAMPANHA DO AGASALHO

A Sanepar estimula a prática da solidariedade e do bem social por meio de campanhas sociais corporativas – estaduais e locais – em parceria com os empregados, o Comitê de Equidade e outras instituições.

Em 2019, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 10 mil peças de roupas e cobertores que foram doados às comunidades carentes em várias cidades do Paraná.

LIVRO SOLIDÁRIO

A Campanha Livro Solidário, que leva literatura a crianças das escolas rurais, entregou em 2019 quase dois mil livros, em 4 municípios do Paraná. Beneficiou comunidades atendidas pelo Programa de Saneamento Rural da Sanepar. Já foram entregues mais de 5 mil livros em 9 escolas e 5 bibliotecas públicas. Coordenado pelo Serviço Social e Biblioteca, o projeto é um trabalho conjunto da Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Investimentos.

PAPAI NOEL DOS CORREIOS

Em todo o Estado são realizadas dezenas de ações sociais que mobilizam o corpo funcional e fortalecem os vínculos com a comunidade. A Sanepar é uma das maiores parceiras do projeto Papai Noel dos Correios no Paraná. Em 2019, foram adotadas 917 cartas em todas as regiões no estado, para atender a pedidos de alunos de 0 a 5 anos da rede pública de ensino, de centros de educação infantil.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-46
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	274.059	326.624
Contas a Receber de Clientes	6	809.736	639.054
Estoque		46.146	39.120
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	305	15.396
Depósitos Vinculados	8	2.855	6.720
Outras Contas a Receber	9	37.642	37.616
Total do Circulante		1.170.743	1.064.530
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	6	19.826	22.070
Depósitos Vinculados	8	55.748	52.948
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.940	-
Depósitos Judiciais	19.c	297.755	203.452
Ativos Financeiros Contratuais	10	435.209	375.871
Ativo de Contrato	11	1.756.714	1.393.188
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.c	629.063	490.938
Outras Contas a Receber	9	48.559	50.615
Investimentos	12	2.671	22.585
Imobilizado	13.a	297.716	168.771
Intangível	13.b	7.223.520	6.986.554
Total do Não Circulante		10.768.861	8.716.792
TOTAL DO ATIVO		11.939.604	10.781.322

PASSIVO

	Nota	2019	2018
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	14	357.213	478.770
Empreiteiros e Fornecedores		214.445	190.742
Contratos de Concessão	15	31.414	60.456
Impostos e Contribuições	16	100.770	68.133
Salários e Encargos Sociais		212.875	239.343
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21.23	229.341	183.678
Receitas a Apropriar	18	4.200	4.200
Cauções e Retenções Contratuais		2.189	2.545
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20	82.440	62.786
Outras Contas a Pagar	22	56.496	68.179
Total do Circulante		1.291.383	1.358.632
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	14	2.723.218	2.292.548
Empreiteiros e Fornecedores	16	596	991
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.965	-
Receitas a Apropriar	18	4.900	9.100
Provisões	19.a	546.672	461.797
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20	1.154.162	878.002
Outras Contas a Pagar	22	42.694	61.864
Total do Não Circulante		4.474.307	3.705.302
TOTAL DO PASSIVO		5.765.690	5.064.134
Patrimônio Líquido			
Capital Social	23	2.851.089	2.851.089
Reserva de Reavaliação		69.559	75.111
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.186	5.186	5.722
Reservas de Lucros	3.306.767	2.689.041	-
Outros Resultados Abrangentes	(58.687)	96.225	-
Total do Patrimônio Líquido		6.173.914	5.717.188
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.939.604	10.781.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receita Operacional Líquida	24	4.722.826	4.162.205
Custos dos Serviços Prestados	25	(1.858.933)	(1.680.042)
Lucro Bruto		2.863.893	2.482.163
Despesas Operacionais			
Comerciais	26	(358.196)	(308.232)
Administrativas	26	(586.556)	(600.315)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(57.612)	(32.726)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(5.658)	(3.829)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	19.a	(84.875)	43.837
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	20	(60.084)	(76.011)
Programa de Participação nos Resultados	27	(78.627)	(134.246)
		(1.229.608)	(1.111.522)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	28	65.516	59.363
Despesas Financeiras	28	(245.917)	(264.992)
		(180.401)	(205.629)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.463.884	1.165.002
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	(373.859)	(272.515)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.080.034	892.487
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		337.511	278.902
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		742.523	613.585
Lucro Básico e Diluído por Ação			
Ordinária	23.i	2.0105	1.66100
Preferencial		2.21105	1.82711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	2.851.089	1.751.820	238.301	9.962	162.816	-	-	138.666	5.152.654
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	892.487	-	892.487
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	9.231	(9.231)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(3.138)	3.138	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	3.463	(3.463)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	(1.178)	1.178	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	70.865	70.865	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(24.952)	(24.952)	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	900.865	38.392	939.257
Dividendos Adicionais de 2017	-	-	-	-	-	(162.816)	-	-	(162.816)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	44.612	-	-	(44.612)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	247	-	(247)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(326.114)	-	(326.114)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	211.907	(97.700)	-	114.207
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	(432.192)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	2.851.089	2.184.012	282.913	10.209	211.907	-	177.058	5.717.188	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.080.034	-	1.080.034
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	8.413	(8.413)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(2.861)	2.861	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	786	(786)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	(270)	270	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(234.730)	(234.730)	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	79.808	79.808	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.086.112	(161.000)	925.112
Dividendos Adicionais de 2018	-	-	-	-	-	(211.907)	-	-	(211.907)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	53.996	-	-	(53.996)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	123	-	(123)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(330.411)	-	(330.411)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	73.932	-	-	73.932
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	(701.582)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	2.851.089	2.885.594	336.909	10.332	73.932	-	16.058	6.173.914	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(154.922)	46.770
Ganhos e Perdas Atuariais sobre plano de aposentadoria e assistência médica	(234.730)	70.865
Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	79.808	(24.095)
Itens que afetam o resultado	(6.078)	(8.378)
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.413)	(9.231)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	2.861	3.138
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	(796)	(3.463)
Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	270	1.178
Total do resultado abrangente do exercício	919.034	930.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	337.442	271.387
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	10.707	10.647
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	17.126	843
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(22.671)	(5.870)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	20.850	7.747
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(58.317)	(61.900)
Provisões	84.875	(43.837)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	60.084	76.011
Juros sobre Financiamentos	200.198	220.724
Variações Monetárias sobre Financiamentos	15.009	64.029
Variações Cambiais, líquidas	46.144	-
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	(24)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.658	3.829
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	598	781
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(564)	(1.472)
Total	717.125	542.919
Variação nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(189.288)	(51.534)
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.091	9.325
Estoque	(7.026)	(2.228)
Depósitos Judiciais	(94.303)	(18.087)
Outras Contas a Receber	22.034	(13.079)
Empreiteiros e Fornecedores	23.703	8.067
Contratos de Concessão	(29.042)	(31.533)
Impostos e Contribuições	399.956	302.428
Salários e Encargos a Pagar	(28.466)	62.823
Cauções e Retenções Contratuais	(356)	(129)
Receitas a Apropriar	(4.200)	(4.200)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(395.846)	(330.425)
Outras Contas a Pagar	(30.873)	(4.848)
Total	(336.608)	(73.400)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.460.551	1.362.006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.027.079)	(974.554)
Aplicação em Investimentos	(2.525)	(5.476)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.029.604)	(980.030)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos: Outros	659.830	490.910
Amortizações de Financiamentos	(465.205)	(550.790)
Pagamentos de Arrendamentos Mercantis	(202.777)	(224.787)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(81.555)	-
Depósitos Vinculados	(270)	(1.834)
Depósitos Vinculados	1.065	(4.331)
Parâmetros de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(294.600)	(298.389)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos	(483.512)	(589.240)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	52.565	207.264
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	326.624	533.888
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	379.189	741.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	5.078.127	4.479.581
Outros Resultados	(57.612)	(32.726)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(20.850)	(7.747)
	4.999.665	4.439.108
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(121.097)	(79.718)
Materiais Consumidos	(82.946)	(72.278)
Energia Elétrica	(474.455)	(425.536)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(467.788)	(434.673)
Serviços de Terceiros Contratados	(232.630)	(209.281)
Outras Despesas Operacionais	(103.912)	(25.631)
	(1.482.826)	(1.247.117)
Valor Adicionado Bruto	3.516.837	3.191.991
Depreciações e Amortizações	(337.442)	(271.387)
Valor Adicionado Líquido	3.179.395	2.920.604
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.658)	(3.829)
Receitas Financeiras	65.516	59.353
	3.239.253	2.976.128
Valor Adicionado Total a Distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e Administradores		
Salários e Encargos Sociais	813.574	768.835
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governança	9.114	9.836
Programa de Participação nos Resultados	76.827	134.246
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	102.835	96.643
	1.002.349	1.009.560
Governos		
Tributos Federais	903.862	756.449
Tributos Estaduais	443	510
Tributos Municipais	2.369	2.342
	906.674	759.301
Financiadores		
Aluguéis	4.478	49.788
Juros e Variações Monetárias	245.917	264.992
	250.395	314.780
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	330.411	326.114
Dividendos	-	97.700
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	749.623	468.673
TOTAL	3.239.253	2.976.128

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 018682-7
www.saneapar.com.brNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEAPAR (também identificada como “Companhia” ou “Saneapar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 10 (2,9%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 53 (15,3%) vencem de 2020 a 2028 e 283 (81,8%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não foram renovados, quando do seu vencimento, o município deverá ressarir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital da Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade de Andarim de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada dos resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação aplicável, as normas de Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2020.

2.2 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a continuidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 BASE DE MENSURAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Nota Explicativa 4

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Nota Explicativa 5

c) Contas a Receber de Clientes

Nota Explicativa 6

d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Nota Explicativa 6

e) Ativos Financeiros Contratuais

Nota Explicativa 10

f) Investimentos

Nota Explicativa 12

g) Imobilizado e Intangível

Nota Explicativa 13

h) Arrendamento Mercantil Financeiro

A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciam a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.

i) Ativos e Passivos Recuperáveis dos Ativos (Impairment)

Nota Explicativa 13

j) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Nota Explicativa 11

k) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nota Explicativa 11

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 17

m) Provisões e Passivos Contingentes

Nota Explicativa 19

n) Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica

Nota Explicativa 20

o) Partes Relacionadas

Nota Explicativa 21

p) Remuneração aos Acionistas

Nota Explicativa 23.h

q) Receitas

Nota Explicativa 24

r) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição na realização.

s) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro rata, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e em suas pactuações, bem como a necessidade de ajuste a valor presente.

t) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anda rejeitada pela Lei de 11.445/07) (anda rejeitada pela Lei de 11.445/07), são registrados no ativo intangível, a avaliação pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programação: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância à legislação aplicável, são registrados no ativo intangível, a avaliação pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

– Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização, tais como a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram os ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para passivos tributários, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas em face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e a avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas para a avaliação das mesmas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa antes imposta, já registrada no balanço patrimonial, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais em respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como a natureza e o impacto das auditorias fiscais anteriores e as interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela autoridade fiscal e pela autoridade fiscal respectiva. Essas diferenças de interpretação de fatos e circunstâncias de natureza variada de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com as estimativas de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICP 22, a Companhia entende que todos os ajustes relativos à avaliação da provisão de impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quando se trata de interpretação tributária diversa.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de pressupostos, bem como as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

3.1 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

• Arrendamentos de ativos de baixo valor;

• Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, desde que os passivos de arrendamento não mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se dependem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

• Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

• O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção;

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01862-7
www.sanepar.com.brNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

montante de R\$522, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2019 equivalem a R\$2.671.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial no novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vincula-

do aos contratos de concessão e registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura

para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassar o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 30. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS		2019		2018
DESCRIÇÃO	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Administração	463.513	(166.999)	296.514	168.120
Outras Imobilizações	2.439	(1.237)	1.202	651
TOTALS	465.952	(168.236)	297.716	168.771

POR NATUREZA		2019		2018
DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terenos	-	2.929	-	2.929
Construções Cíveis	1,84%	136.427	(23.668)	112.759
Benfeitorias	2%	2.121	(738)	1.383
Instalações	5,83%	8.903	(2.549)	6.354
Equipamentos	6,23%	77.885	(26.914)	50.971
Móveis e Utensílios	7,14%	49.041	(19.157)	29.884
Equipamentos de Informática	19,82%	65.129	(22.817)	42.312
Veículos	13,05%	97.199	(44.489)	52.710
Máquinas, Tratores e Similares	13,95%	23.918	(17.153)	6.765
Ferramentas	6,67%	1.442	(456)	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	958	-	958
TOTALS		465.952	(168.236)	297.716

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS		2019		2018
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	4.667.987	(1.597.285)	3.070.702	2.869.919
Sistemas de Esgoto	5.224.853	(1.205.081)	4.019.772	3.926.332
Resíduos Sólidos	3.217	(3.165)	52	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.105	(71.823)	53.282	55.156
Outros Ativos Intangíveis	154.303	(74.551)	79.752	64.947
TOTALS	10.175.465	(2.951.905)	7.223.560	6.936.354

POR NATUREZA		2019		2018
DESCRIÇÃO	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terenos	-	171.068	-	171.068
Popos	3,10%	150.437	(38.627)	111.810
Barragens	2,67%	141.253	(57.791)	83.462
Construções Cíveis	2,59%	2.270.017	(542.681)	1.727.336
Benfeitorias	2,67%	27.300	(3.718)	23.582
Tubulações	2,64%	5.284.267	(1.362.390)	3.921.877
Ligações Prediais	3,33%	759.951	(242.491)	517.460
Instalações	5,83%	166.978	(65.994)	100.984
Hidromedidores	10%	209.773	(82.408)	127.365
Macromedidores	10%	6.273	(4.234)	2.039
Equipamentos	6,23%	629.607	(291.708)	337.899
Móveis e Utensílios	7,14%	6.247	(3.530)	2.717
Equipamento de Informática	19,82%	86.729	(82.252)	4.477
Programas de Informática	20%	62.339	(43.756)	18.583
Veículos	13,05%	25.249	(17.732)	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	13,95%	24.048	(20.094)	3.954
Ferramentas	6,67%	272	(196)	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	6,25%	156	(134)	22
Proteção e Preservação Ambiental	20%	27.004	(20.345)	6.659
Concessão do Município de Curitiba*	1,50%	125.000	(71.719)	53.281
Concessão do Município de Cianorte*	5%	105	(105)	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.392	-	1.392
TOTALS		10.175.465	(2.951.905)	7.223.560

* Taxa Média Ponderada

*Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

*Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Arrendamento Mercantil:

A Companhia possui: (i) contrato de locação de ativos avaliados em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Ponta da Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou

em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais se- rão de propriedade da Companhia ao final do contrato, e (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

POR CONTAS		2019		2018
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Cíveis	37.434	(1.572)	35.862	36.480
Tubulações	147.315	(6.187)	141.128	144.075
Ligações Prediais	8.227	(607)	7.620	7.893
Instalações	309	(52)	257	278
Equipamentos	6.013	(908)	5.105	5.480
Arrendamento Mercantil - Litoral	199.298	(9.326)	189.972	194.214
Veículos	58.950	(21.914)	37.036	-
Bens Móveis	28.141	(8.468)	19.673	-
Bens Imóveis	38.324	(6.245)	32.079	-
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	125.415	(36.827)	88.588	-
TOTALS	324.713	(46.863)	278.780	194.214
Imobilizado	123.162	(36.102)	87.060	-
Intangível	201.551	(9.551)	191.700	-

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.478 referente a contratos de arrendamento mercantil de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	2018	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferências de Obras	Transferências	2019
IMOBILIZADO	Recapitulado						
Terenos	2.922	558	-	-	-	(1)	2.929
Construções Cíveis	53.534	40.272	(11.119)	(5)	30.066	11	112.759
Benfeitorias	1.329	-	(41)	-	95	-	1.383
Instalações	1.590	4.968	(204)	-	-	-	6.354
Equipamentos	45.197	11.126	(4.081)	(79)	1.373	(2.565)	50.971
Móveis e Utensílios	23.745	5.193	(2.578)	(12)	2.991	(55)	29.284
Equipamentos de Informática	11.323	35.214	(14.597)	(35)	907	(195)	32.617
Veículos	19.104	64.265	(29.844)	-	-	(815)	52.710
Máquinas, Tratores e Similares	9.124	5	(2.501)	-	-	-	142
Ferramentas	1.024	43	(81)	-	-	-	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	429	529	-	-	-	-	958
TOTALS IMOBILIZADO	168.771	162.168	(65.046)	(131)	35.432	(3.478)	297.716
INTANGÍVEL							
Terenos	164.454	3.650	-	-	2.964	-	171.068
Popos	104.168	-	(1.819)	3	9.476	(18)	111.810
Barragens	86.397	68	(2.991)	(7)	-	(5)	83.462
Construções Cíveis	1.616.198	7.916	(50.831)	(344)	168.127	(13.730)	1.727.336
Benfeitorias	20.804	108	(685)	(77)	3.728	(296)	23.582
Tubulações	3.830.359	14.607	(125.996)	(505)	224.872	(21.460)	3.921.877
Ligações Prediais	482.499	285	(22.712)	(810)	59.367	(1.169)	517.460
Instalações	103.714	2.952	(10.044)	(1.037)	5.399	-	100.984
Hidromedidores	109.414	-	(18.316)	(3.381)	39.648	-	127.365
Macromedidores	1.916	9	(317)	-	431	-	2.039
Equipamentos	316.846	29.260	(26.202)	(5.070)	20.500	2.565	337.899
Móveis e Utensílios	2.930	120	(314)	(74)	-	55	2.717
Equipamentos de Informática	5.278	5	(871)	(168)	40	194	4.477
Programas de Informática	18.269	6.047	(5.733)	-	-	-	18.583
Veículos	7.699	5	(1.003)	-	-	-	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	4.945	9	(858)	-	-	(142)	3.954
Ferramentas	87	-	(12)	-	1	-	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	25	-	(3)	-	-	-	22
Proteção e Preservação Ambiental	4.329	74	(1.816)	(85)	4.157	-	6.659
Concessão do Município de Curitiba	55.156	-	(1.875)	-	-	-	53.281
Bens Patrimoniais a Incorporar	867	524	-	-	-	-	1.392
TOTAL INTANGÍVEL	6.936.354	65.639	(272.396)	(11.556)	538.708	(33.189)	7.223.560
TOTAL GERAL	7.105.125	227.807	(337.442)	(11.687)	574.140	(36.667)	7.521.276

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11).

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (impairment) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de rede de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água, Água Industrial e Esgoto

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, as unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;

As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;

Taxa de desconto pré-imposto (13,05%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;

Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

O valor residual contábil dos ativos

(ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, prevendo ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;

Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;

Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos;

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$50.414 não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor

de R\$220, foi registrado em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$10.548 e R\$1.990, respectivamente.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL**Prática Contábil:**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos empréstimos mercantis, liquidos dos encargos financeiros, são classificados nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As debêntures emitidas pela Companhia não são convertíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil é a seguinte:

DESCRIÇÃO	Taxa de Juros Anual	Indexador	Circulante	Não Circulante	2019	2018
					Total	Total
EM REAIS:						
Debêntures 6º Emissão - 2ª Série	0,78%	DI	-	-	174.179	174.179
Debêntures 3º Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	70.916	-	70.916	68.972
Debêntures 8º Emissão - 1ª Série	0,40%	DI	20	94.966	94.966	58
Debêntures 8º Emissão - 2ª Série	0,49%	DI	78	154.836	154.836	141
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	7.732	15.961	23.693	31.243
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.388	9.022	12.410	13.391
Debêntures 2º Emissão - 1ª Série	1,92%	TJLP	12.394	45.821	58.215	12.390
Debêntures 2º Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	21.261	75.205	96.466	20.872
Debêntures 2º Emissão - 3ª Série	1,92%	TJLP	16.525	61.095	77.620	17.159
Debêntures 9º Emissão - 1ª Série	0,37%	DI	443	199.044	199.487	-
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.571	11.586	15.157	15.127
Debêntures 9º Emissão - 2ª Série	0,44%	DI	346	150.760	151.106	-
Debêntures 4º Emissão - 1ª Série	1,67%	TJLP	24.394	157.102	181.496	22.814
Debêntures 1º Emissão - 2ª Série	1,41%	IPCA	13.406	56.393	69.799	101.922
BNDES - PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	41.687	252.149	293.836	33.239
Arendamento Mercantil Lateral	11,14%	IPCE-PIR	9.374	268.165	277.539	8.481
Arendamento Mercantil Direto Unico	6,46%	-	48.763	49.029	97.792	-
Debêntures 7º Emissão - 1ª Série	5,20%	IPCA	286	31.141	31.421	1
Debêntures 7º Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	429	48.686	49.115	2
Debêntures 7º Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	103	13.576	13.679	36
Debêntures 7º Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	153	11.571	11.724	42
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	81.944	975.467	1.067.431	70.707
					907.250	977.957
			357.213	2.721.179	3.078.392	478.770
					2.292.546	2.711.316
EM MOEDA ESTRANGEIRA:						
Banco KHW	1,35%	EURO	-	2.039	2.039	-
			-	2.039	2.039	-
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA						
			-	2.039	2.039	-
Saldo no Final do Exercício						
Empréstimos e Financiamentos			357.213	2.723.218	3.080.431	478.770
Arrendamentos			138.322	1.266.244	1.404.566	142.156
Arrendamento Mercantil			160.754	1.139.780	1.300.534	328.123
			58.137	317.194	375.331	8.481
					265.066	273.547

* IPCA como componente variável da TJLP

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01662-7
www.saneapar.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

rios; e (v) serviços de consultoria. A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KIW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022. Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os convênios conforme item (f) (iv) desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. No quarto trimestre de 2019 houve liberação de €450 mil pelo Banco KIW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 127,93% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 7,62% para uma taxa de 5,96 % do CDI. A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis da Com-

panhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Índice	2019	2018
TR	1.057.431	977.957
TJLP	634.880	671.897
IPCA	382.710	389.383
DI	600.493	424.049
IPC-FIPE	277.539	273.547
EURO	2.039	-
Sem Correção Monetária	125.359	34.485
TOTALS	3.090.431	2.771.318

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis:

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:
Durante 2019 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	68.861
Debêntures 3ª Emissão	-	79.424
Debêntures 4ª Emissão	18.950	56.545
Debêntures 5ª Emissão	-	181.991
Debêntures 6ª Emissão	74.371	3.696
Debêntures 7ª Emissão	-	15.918
Debêntures 9ª Emissão	350.000	10.755
BNDES	-	34.280
BNDES - PAC2	67.122	56.144
Banco do Brasil - PSI	-	4.303
Banco Itaú - PSI	-	3.955
Caixa Econômica Federal	147.324	152.105
Banco KIW	2.063	5
Arrendamento Mercantil ¹	137.195	81.555
TOTALS	797.025	749.537

¹Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KIW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, o Mutuário compromete-se a cumprir o tempo todo com os índices financeiros estipulados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal e do Banco KIW.

15. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia antecipa o vencimento do contrato de concessão onerosa com o município de Curitiba e assinou em 05 de junho de 2018 Contrato de Programa pelo período de 30 anos para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado a Companhia recebeu do município de Curitiba através do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB o montante de R\$88.771, em 3 (três) parcelas, tendo sido a 1ª parcela paga no ato de assinatura do contrato, a 2ª parcela paga em março de 2019 e a 3ª parcela liquidada em janeiro de 2020. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$31.414.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda a Pagar	12.671	-
Contribuição Social a Pagar	8.682	-
COFINS a Pagar	31.792	24.292
PASEP a Pagar	6.895	5.265
IPITU - Parcelamento ¹	1.100	1.443
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	40.226	38.124
TOTALS DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	101.366	69.124
Circulante	100.770	68.133
Não Circulante	596	991

¹ Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, referente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE OC/20, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.694, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 64 parcelas no montante de R\$1.303.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e aliquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas aliquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 29 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

DESCRIÇÃO	2019	2018
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.453.884	1.453.884
Imposto de Renda e Contribuição Social - Aliquotas Vigentes	(363.471)	(291.250)
Benefício de Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	82.603	29.737
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	-	269
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT ¹	12.613	-
Incentivo Empresa Cidadã ²	963	-
Equivalência Patrimonial	(1.141)	(509)
Arrendamento Mercantil Financeiro	(2.240)	(882)
TOTALS DAS DESPESAS	(271.346)	(197.544)
TOTALS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(373.850)	(272.515)
Aliquota Efetiva	25,7%	23,4%

¹ De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

² De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos
A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda	(314.580)	(243.412)
Contribuição Social	(117.601)	(91.003)
Realização do Imposto de Renda Diferido	43.220	45.868
Realização da Contribuição Social Diferida	15.097	16.032
TOTALS	(373.850)	(272.515)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	Prazo Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	2019	2018
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	777.853	194.463	70.007	264.470	249.711
Arrendamento Mercantil - Litoral (Ativo)	20 anos	277.539	69.385	24.979	94.364	83.006
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.236.802	309.151	111.294	420.445	320.208
Reserva sobre Valor Recuperável de Ativos	10 anos	31.355	7.838	2.822	10.660	4.838
Provisões Oíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	546.672	136.668	49.201	185.869	157.011
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	97.792	24.448	8.801	33.249	-
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.109	11.527	4.150	15.677	14.994
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	389	97	35	132	2.813
Provisão para PPR	1 ano	73.946	18.486	6.655	25.141	31.787
AVI - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	1 ano	53	13	5	18	210
AVP de Contas a Receber	1 ano	4.088	1.022	368	1.390	1.606
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	1.288	322	116	438	-
TOTALS		773.420	278.433	1.051.853	876.184	
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	732.168	188.042	67.695	255.737	242.567
IRPJ Diferido sobre Construção e Benefícios	24 anos	121.007	30.252	10.352	40.604	31.535
Arrendamento Mercantil - Litoral (Passivo)	20 anos	189.972	47.485	17.997	65.480	66.002
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	10.332	2.583	930	3.513	3.471
Reserva de Reavaliação	13 anos	105.392	26.348	9.485	35.833	38.694
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	88.788	22.197	7.991	30.188	-
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	7.873	1.968	709	2.677	2.947
TOTALS		318.883	103.907	422.790	385.246	
TOTAL LÍQUIDO		454.537	174.526	629.063	490.938	

A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 10,6% ao ano para a Locação de Ativos do Litoral e 6,46% ao ano para os veículos, bens imóveis e bens móveis.

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil apresentam a seguinte movimentação:

DESCRIÇÃO	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	478.770	2.292.548	562.548	2.154.290
Liberações	-	659.830	-	490.910
Juros e Taxas	236.214	-	220.724	-
Variações Monetárias	-	25.137	-	64.029
Transferências	357.594	(357.594)	470.910	(470.910)
Amortizações	(749.537)	-	(775.587)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	190	108	175	(1.228)
Variações Cambiais	-	(24)	-	-
Arrendamentos Mercantis	33.982	103.213	-	55.457
Saldos no final do período	357.213	2.723.218	478.770	2.292.548

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 16.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01862-7
www.saneapar.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Ativo Fiscal Diferido		Passivo Fiscal Diferido	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
2020	58.685	21.127	79.812	18.957
2021	49.231	17.723	66.954	18.957
2022 a 2024	243.666	87.720	331.386	48.369
2025 a 2027	93.954	33.824	122.778	37.271
2028 a 2030	99.070	33.505	126.575	37.271
2031 a 2033	92.232	33.203	125.435	32.879
2034 a 2036	51.012	18.364	69.376	30.683
2037 a 2039	26.750	9.630	36.380	27.870
2040 a 2042	19.446	7.001	26.447	22.750
2043 a 2045	19.446	7.001	26.447	18.804
2046 a 2048	19.446	7.001	26.447	18.804
2049 a 2051	6.482	2.334	8.816	6.268
TOTALS	773.420	278.433	1.051.853	318.883

18. RECEITAS A PROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2019 foi de R\$4.200 (R\$4.200 em 2018). O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$9.100 (R\$9.100 em 2018), o saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.200 (R\$4.200 em 2018) registrados no passivo circulante e R\$4.900 (R\$9.100 em 2018) no passivo não circulante.

19. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

NATUREZA	2019	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Ativos Trabalhistas (i)	229.509	111.882	(4.396)	(34.336)	302.119
Ativos Cíveis (ii)	18.354	16.354	(10.355)	(208.854)	20.509
Ativos Ambientais (iii)	6.689	14.315	(1.333)	(815)	18.256
Ativos Tributários (iv)	17.470	2.173	-	-	19.643
TOTALS	461.797	144.724	(14.343)	(445.506)	546.672

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

NATUREZA	2019	Passivos Contingentes
Ativos Trabalhistas (i)	55.933	44.382
Ativos Cíveis (ii)	465.131	375.384
Ativos Ambientais (iii)	328.049	339.737
Ativos Tributários (iv)	16.981	16.554
TOTALS	866.102	776.057

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes a: i) plano de saúde; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se a: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental; e ii) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação, contemplando também os Termos de Acordos Judiciais – TAJs assinados com a Justiça Federal, com participação do Ministério Público Federal, Paraná, MPF e Instituto das Águas do Paraná.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, à cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Itaipuaçu, Paranaíba, Campo Mourão, Campina da Lagoa, Pinhal e Porecatu.

e) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

NATUREZA	Depósitos Judiciais	2019	2018
Ativos Trabalhistas	185.806	137.502	
Ativos Cíveis	99.786	54.555	
Ativos Ambientais	2.492	5.689	
Ativos Tributários	9.671	5.706	
TOTALS	297.765	203.452	

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições de opiniões identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

NATUREZA	2019	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Ativos Trabalhistas (i)	229.509	111.882	(4.396)	(34.336)	302.119
Ativos Cíveis (ii)	18.354	16.354	(10.355)	(208.854)	20.509
Ativos Ambientais (iii)	6.689	14.315	(1.333)	(815)	18.256
Ativos Tributários (iv)	17.470	2.173	-	-	19.643
TOTALS	461.797	144.724	(14.343)	(445.506)	546.672

20. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Saneapar é patrocinadora da Fundação Saneapar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, entidade sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$33.598 (R\$31.682 em 2018) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Saneapar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Saneapar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,9% pela patrocinadora e 36,1% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são atualizadas anualmente com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as taxas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$69.238 (R\$64.962 em 2018).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Urbano Assessoria Atuarial Ltda que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota explicativa.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Potencial (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2019	2018
Valor presente da obrigação no início do ano	1.144.732	617.817	1.762.549	1.752.806
Custo de juros sobre a obrigação	103.119	5.733	108.851	160.714
Custo do serviço corrente, líquido	(1.168)	56.855	55.687	16.316
Contribuições de Participantes	10.109	-	10.109	9.917
Benefícios pagos no exercício	(76.502)	(24.305)	(100.807)	(99.873)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	196.790	123.661	320.451	(77.331)
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	1.377.019	779.761	2.156.840	1.782.540
Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	(819.326)	(1.435)	(820.761)	(816.164)
Juros sobre os ativos do plano	(73.464)	(40)	(73.504)	(70.678)
Contribuição dos participantes	(10.109)	-	(10.109)	(9.917)
Contribuição da patrocinadora	(8.436)	(22.514)	(30.950)	(30.341)
Benefícios pagos no exercício	76.502	24.305	100.807	99.873
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(85.405)	(319)	(85.721)	6.466
Valor justo dos ativos no exercício	(920.238)	-	(920.238)	(820.761)
Passivo reconhecido no final do exercício	456.841	778.761	1.236.602	941.788
Circulante	30.456	51.984	82.440	62.786
Não Circulante	426.385	727.777	1.154.162	879.002

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2019	2018	HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS	2019	2018
Taxa de Desconto para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano	Tábua de mortalidade de base	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Taxa de Desconto para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano	Tábua de mortalidade de invalidez	Winklows D10	Winklows D10
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano	Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas D20	Alvaro Vindas D20
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano	Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos
Crescimento Salarial Futuro	3,44% ao ano	3,47% ao ano			
Inflação	3,60% ao ano	4,50% ao ano			
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano			

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto	(11,19%)	(12,88%)
Com Acréscimo de 1%	12,42%	16,22%
Com Redução de 1%	-	-
Crescimento de Custos Com Acréscimo de 1%	-	25,61%
Com Redução de 1%	-	(20,63%)
Expectativa de Vida Com Acréscimo de 1 ano	1,74%	3,41%
Com Redução de 1 ano	(1,76%)	(3,36%)
Crescimento Salarial Com Acréscimo de 1%	1,33%	-
Com Redução de 1%	0,22%	-

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2019	%	2018	%
Renda Fixa (a)	1.192.978	69,6	1.176.611	77,1
Renda Variável (b)	226.295	13,2	103.903	6,8
Imóveis (c)	37.722	2,2	39.770	2,6
Operações com Participantes (d)	94.438	5,5	84.212	5,5
Estruturadas (e)	148.255	8,6	121.882	8,0
Investimentos no Exterior (f)	15.355	0,9	-	0,0
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.715.043	100	1.526.378	100

a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra.
b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais, cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
e) Estruturadas: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos mútuos enquadrados neste segredo;
f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior.

Tipos de investimentos não permitidos:

- Day-Trade: é vedada a realização de operações de day-trade nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: 6

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2020
Custo do Serviço Corrente	11.654	6.784	17.838
Custo dos Juros	91.072	53.429	144.501
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(60.459)	-	(60.459)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(15.503)	(19.549)	(35.052)
TOTALS	26.164	40.664	66.828

21. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2019, no montante de R\$20.055 (R\$21.249 em 2018). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também fornece água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$124.913 e R\$117.486 para os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente no Estado do Paraná, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2019, foi de R\$105.324 (R\$98.381 em 2018). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$11.722 (R\$9.793 em 2018). Adicionalmente a Companhia tem contratos a receber com estas prefeituras no montante de R\$48.703 em 2019 (R\$43.754 em 2018), demonstrado na nota explicativa 20.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Saneapar nas mesmas condições de mercado com partes relacionadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem des-

contos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada pela 557/2019 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 24 de abril de 2019, no montante global de R\$13.918. Para o exercício de 2019 a aprovação se deu pela 549/2018 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$13.918.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	-	2.099
Contratos e Convênios com Terceiros	7.370	10.397
Convênios com Municípios	16.238	15.707
Cauções e Valores a Reembolsar	5.938	10.643
Indenizações Trabalhistas - PAI/POVTC	-	689
Parcelamento IBAMA - PRO	63.888	83.216
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.506	8.942
Outras Contas a Pagar	250	250
TOTALS	99.190	130.043
Circulante	56.496	68.179
Não Circulante	42.694	61.864

Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infração Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários - PRD, instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2019, foram quitados 20% de dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesso ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 24 parcelas no montante de R\$32.472.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (Units), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Remuneração	9.113	9.936
Encargos	2.817	2.884
Encargos Sociais	2.507	2.592
Participação nos Resultados	134	109
Plano de Saúde (Saneasol)	53	72
Plano de Previdência (Fusaprev)	109	108
Programas Complementares	14	3
TOTALS	11.930	12.720

ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que foi atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2019, já considerando a provisão dos dividendos adicionais, proposta pela Administração, é de R\$11,35 em 31 de dezembro de 2018).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas Ordinárias

preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em assembleias com condições com ações ordinárias na distribuição de lucros ou quaisquer outros tipos de distribuição;

O valor patrimonial de cada ação é de 31 de dezembro de 2019, já considerando a provisão dos dividendos adicionais propostos pela Administração, é de R\$122.266,35 (R\$112,35 em 31 de dezembro de 2018).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$254.952, que liquidado do custo de emissão de ações é de R\$11.089, e sua composição é a seguinte:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01662-7
www.sanepar.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

As informações apresentadas nesta seção têm caráter explicativo e não devem ser utilizadas para fins de auditoria independente. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior àquele proposto pela Administração, é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendos) por ação 10%

superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do

limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - T.J.L.P. nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$112.540, conforme legislação fiscal. Para efeito das demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância à Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Doações e Subvenções Governamentais	(123)	(247)
Constituição da Reserva Legal	(53.996)	(44.612)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.025.915	847.628
Dividendos Obrigatórios (25%)	256.479	211.907
Dividendos Complementares	73.932	211.907
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	330.411	423.814

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2019 foi de R\$330.411, (R\$326.114 em 2018), sendo retido o valor de R\$23.123

(R\$29.056 em 2018) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,5% (8,9% em 2018).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Saldo Anterior	183.678	136.265
Dividendos Adicionais Autorizados	211.907	162.817
Pagamentos realizados no Exercício	(394.600)	(298.255)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	330.411	423.814
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(28.123)	(29.056)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(73.932)	(211.907)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	229.341	183.678

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$73.932, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

Resultado por Ação
Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2019 e 31/12/2019, os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	54.427	0,32414
Ações Preferenciais	335.823.420	119.738	0,35655
TOTAL	503.735.173	174.165	
Remuneração para 1 UNIT			1,75034

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	48.827	0,29079
Ações Preferenciais	335.823.420	107.419	0,31987
TOTAL	503.735.173	156.246	
Remuneração para 1 UNIT			1,57026

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67643	0,87673
Valor para 1 "Unit"	3,32060	4,25930

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	2019	2018
RESULTADO BÁSICO E DILUIDO POR AÇÃO		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	337.511	278.902
Ações preferências	742.523	613.585
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferências	335.823.420	335.823.420

Resultado básico e diluído
Por ação ordinária 2,01005 1,66100
Por ação preferencial 2,21105 1,82711

24. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A

receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas são faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por imputação de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas		
Receitas de Água	3.068.658	2.716.898
Receitas de Esgoto	1.811.005	1.572.971
Receitas de Serviços	143.099	141.402
Receitas de Resíduos Sólidos	11.722	9.793
Serviços Prestados a Prefeituras	18.380	16.515
Doações efetuadas por Clientes	18.844	16.978
Outras Receitas	5.519	5.024
Totais das Receitas Operacionais	5.078.127	4.479.581
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(291.998)	(260.853)
PASEP	(63.303)	(56.523)
Totais das Deduções	(355.301)	(317.376)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	4.722.826	4.162.205

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$65.639 (R\$177.953 em 2018), durante o exercício de 2019, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Adicionalmente a Companhia registrou no mês de dezembro de 2019, a estimativa da receita no montante de R\$ 61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Água		
Pessoal	(265.789)	(110.969)
Matérias	(87.437)	(63.491)
Energia Elétrica	(416.725)	(50.812)
Serviços de Terceiros	(237.498)	(170.263)
Depreciações e Amortizações	(138.400)	(133.031)
Indenizações por Danos a Terceiros	(5.290)	(5.231)
Outros Custos	(111.482)	(42.577)
Esgoto		
Pessoal	(396.756)	(269.533)
Matérias	(150.889)	(70.330)
Energia Elétrica	(467.537)	(375.950)
Serviços de Terceiros	(215.446)	(153.955)
Depreciações e Amortizações	(125.080)	(123.250)
Indenizações por Danos a Terceiros	(13.939)	(31.010)
Outros Custos	(33.736)	(137.576)
TOTAL	(1.858.933)	(1.858.933)

26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Comerciais		
Pessoal	(127.047)	(117.274)
Matérias	(4.179)	(3.615)
Serviços de Terceiros	(105.419)	(96.386)
Depreciações e Amortizações	(11.977)	(4.828)
Perdas na Realização de Créditos	(20.850)	(7.747)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(63.194)	(43.551)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.371)	(6.145)
Programa Saneap Rural	(2.859)	(2.410)
Outras Despesas	(19.300)	(26.176)
Totais das Despesas Comerciais	(358.196)	(308.232)
Administrativas		
Pessoal	(570.948)	(553.049)
Matérias	(48.996)	(40.068)
Serviços de Terceiros	(116.064)	(153.054)
Depreciações e Amortizações	(54.034)	(18.124)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(1.288)	-
Taxa de Regulação	(22.394)	(20.834)
Despesas com Viagens	(7.522)	(8.921)
Exposições, Congressos e Eventos	(657)	(6.328)
Programas Sociais e Ambientais	(6.827)	(10.478)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.407)	(7.499)
Outras Despesas	(18.846)	(20.921)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais¹	159.009	144.526
Despesas Capitalizáveis²	103.418	94.432
Totais das Despesas Administrativas	(586.556)	(600.315)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais ou Extraordinárias³	(28.691)	-
Multas Ambientais	(896)	(26.029)
Baixas de Ativos	(28.589)	(8.169)
Ajuste à Valor Justo - Investimentos	564	1.472
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(57.612)	(32.726)

¹ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais, diretamente pelas Gerências da Companhia;

² Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

³ Valor de R\$28.690 referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, provenientes da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de lotesamentos à Companhia, no período de junho de 1983 a fevereiro de 2014.

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$73.946 (R\$93.494 em 2018), a título de Participação nos Resultados do exercício de

2019, baseado no histórico dos pagamentos do PPR dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 3T19, a Companhia efetuou o registro con-

tábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2018, no montante de R\$2.681 (R\$40.752 referente ao exercício de 2017).

28. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	24.996	31.528
Variações Monetárias Ativas	11.448	12.276
Variações Cambiais Ativas	65	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	36	-
Outras Receitas Financeiras	28.971	15.549
Totais das Receitas Financeiras	65.516	59.353
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e Empréstimos	(226.138)	(191.443)
Variações Monetárias Passivas	(14.165)	(60.850)
Variações Cambiais Passivas	(41)	-
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	(76)	-
Outras Despesas Financeiras	(5.497)	(12.699)
Totais das Despesas Financeiras	(245.917)	(264.992)
Resultado Financeiro	(180.401)	(205.639)

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi conside-

rado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretas alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos

corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de razão, na seguinte apresentação:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Água		
Receita Operacional Direta	3.174.925	1.860.459
Outras Receitas Operacionais	24.435	18.308
Total da Receita Operacional Bruta	3.199.360	1.878.767
Despesas da Receita (PASEP e COFINS)	(203.076)	(152.225)
Receita Operacional Líquida	2.996.284	1.726.542
Custo	(1.282.620)	(576.313)
Lucro Bruto	1.713.664	1.150.229
Despesas Comerciais	(204.771)	(153.425)
Despesas Administrativas	(335.317)	(251.239)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(19.391)	(19.391)
Outras Recotas (Despesas) Operacionais	(32.935)	(5.286)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(5.658)
Resultado Financeiro	(76.802)	(103.599)
Programa de Participação nos Resultados	(43.806)	(32.821)
Provisões	(48.579)	(36.296)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(34.346)	(25.738)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	937.108	516.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	(240.966)	(132.884)
Lucro Líquido do Exercício	696.142	383.892
Margem Operacional	23,3%	27,5%
Margem Líquida	23,2%	22,2%
EBITDA	1.190.048	781.679
Margem EBITDA	39,7%	45,3%
Investimentos em Imobilizável/Intangível no Exercício (a)	516.674	510.405
Participação Societária - CS Bioenergia	-	-
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	1.203.347	1.877.084
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	4.149.840	5.128.150
Depreciações e Amortizações do Exercício	(161.354)	(137.432)
Curtas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	691.294	338.943
Total do Ativo	5.340.321	6.599.283
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.561.289	3.204.401
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (c)	3.194.537	2.251.127
Volume Mínimo de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (d)	532.830	599.225
(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;		
(b) Apresentados pelo valor bruto;		
(c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;		
(d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.		

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01862-7
www.saneepar.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A, para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, com valores de R\$1.437.172, com vigência abrangendo o período de 12/03/2019 a 10/03/2020, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

DESCRIÇÃO	Importância
Edifícios	654.596
Máquinas, Equipamentos e Veículos	715.556
Estoque	67.020
TOTALS	1.437.172

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro para a Companhia e a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 114 processos judiciais no montante de R\$181.433 com a Potencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Star Internacional Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Saneapar (D & O - Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 08/09/2020.

31. OPERAÇÕES "RÁDIO PATRULHA", "INTEGRAÇÃO" E "ÁGUAS CLARAS" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Junior no âmbito da operação denominada "Rádio Patrulha", a qual faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A "Operação Rádio Patrulha" investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações nos programas "Patrulha do Campo", o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A "Operação Rádio Patrulha" tornou-se um ex-administrador da Companhia.

A "Operação Integração" investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1989 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominador Anel da Integração. A primeira fase da "Operação Integração" foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da "Operação Integração", um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades no processo de investigação dos fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instaurou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, os quais incluíam acesso à totalidade da documentação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) "Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019" e (ii) "Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019" (conjuntamente, "Relatórios").

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para apreciação do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019 e Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, conhecidas até aquele momento, dando conta de que os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiram inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos que pudessem afetar materialmente as suas demonstrações financeiras e as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma "Comissão Externa de Investigação" ("CEI").

Em 15 de agosto de 2019, em sua 9/2019 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração ("CA") aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Em 7/9/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro independente do CA da Companhia, eleito pelos acionistas minoritários, e dois membros independentes externos com vasta experiência em investigações internas forenses.

A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e

a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu o parecer recomendando a contratação de um escritório de advocacia para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à "Operação Integração" e "Operação Rádio Patrulha".

Em 28 de novembro de 2019, em sua 10/2019 Reunião Extraordinária, o CA e em conformidade com as melhores práticas de governança, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tau & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, sendo o plano de trabalho gerenciado pela CEI. Para dar suporte à condução da investigação interna independente no tocante à coleta forense, processamento de dados eletrônicos, condução de análises financeiras e trabalhos relacionados, também foi contratado o escritório de advocacia Young & Rubicam, que, conjuntamente referenciados como "Equipe de Investigação".

Em 13 de dezembro de 2019, após a nomeação da CEI e a contratação da Equipe de Investigação, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a deflagração da "Operação Águas Claras". A "Operação Águas Claras", que é desdobramento da "Operação Pecúlio" ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações sob o nome de Rádio Patrulha e recinimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas para o funcionamento da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados com o propósito de prestar esclarecimento sobre as investigações no âmbito das operações "Rádio Patrulha" e "Integração". Posteriormente em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras".

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis e nos Principais Assuntos de Auditoria, a PMA do Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2019 ratificou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 elegu os membros do Comitê, para coordenar investigações com o propósito de prestar esclarecimento sobre as investigações no âmbito das operações "Rádio Patrulha" e "Integração". Posteriormente em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras".

As ações para a investigação, que estão sendo acompanhadas pelo Comitê Externo de Investigação, estão sendo encaminhadas em fase preliminar e de avaliação de dados coletados e, neste momento, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrente deste processo de investigação, bem como pelas autoridades competentes. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não representam uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase" relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

INVESTIGAÇÃO DAS OPERAÇÕES "RÁDIO PATRULHA", "INTEGRAÇÃO" E "ÁGUAS CLARAS"
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 31, às demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, determinamos ex-administradores e ex-membros da Companhia, e a própria Companhia, são mencionados em determinadas delações de investigações do Ministério Público Federal e Procuradoria da República do Estado do Paraná em relação às Operações "Rádio Patrulha", "Integração". Posteriormente, em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras".

Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 foram eleitos os seus membros independentes. Em 28 de novembro de 2019 uma Equipe de Investigação foi contratada com o objetivo de conduzir a investigação interna independente propriamente dita. Os trabalhos da Equipe de Investigação e do Comitê Externo de Investigação encontram-se em andamento, em sua fase inicial, sem qualquer conclusão. Os riscos e incertezas envolvidos nos trabalhos de investigação interna independente, além da existência das referidas operações das autoridades públicas, colaborando com as mesmas, tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

A Administração da Saneapar se comprometeu a fornecer todos os recursos necessários para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI, bem como manter o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

Embora, até o presente momento, não se possa concluir sobre as supostas irregularidades mencionadas nas Operações, a Administração da Companhia está acompanhando o desenvolvimento das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, colaborando com as mesmas, tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

A Administração da Saneapar se comprometeu a fornecer todos os recursos necessários para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI, bem como manter o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Saneamento do Paraná – Saneapar
Curitiba-PR

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná – Saneapar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Investigação interna independente em andamento – Operações "Rádio Patrulha", "Integração" e "Águas Claras".

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis e nos Principais Assuntos de Auditoria, a PMA do Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2019 ratificou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 elegu os membros do Comitê, para coordenar investigações com o propósito de prestar esclarecimento sobre as investigações no âmbito das operações "Rádio Patrulha" e "Integração". Posteriormente em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras".

As ações para a investigação, que estão sendo acompanhadas pelo Comitê Externo de Investigação, estão sendo encaminhadas em fase preliminar e de avaliação de dados coletados e, neste momento, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrente deste processo de investigação, bem como pelas autoridades competentes. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não representam uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase" relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

INVESTIGAÇÃO DAS OPERAÇÕES "RÁDIO PATRULHA", "INTEGRAÇÃO" E "ÁGUAS CLARAS"
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 31, às demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, determinamos ex-administradores e ex-membros da Companhia, e a própria Companhia, são mencionados em determinadas delações de investigações do Ministério Público Federal e Procuradoria da República do Estado do Paraná em relação às Operações "Rádio Patrulha", "Integração". Posteriormente, em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras".

Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 foram eleitos os seus membros independentes. Em 28 de novembro de 2019 uma Equipe de Investigação foi contratada com o objetivo de conduzir a investigação interna independente propriamente dita. Os trabalhos da Equipe de Investigação e do Comitê Externo de Investigação encontram-se em andamento, em sua fase inicial, sem qualquer conclusão. Os riscos e incertezas envolvidos nos trabalhos de investigação interna independente, além da existência das referidas operações das autoridades públicas, colaborando com as mesmas, tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

impactos nas demonstrações contábeis, inclusive no aspecto de controle interno, esse assunto tem grande parte de nossa atenção e de nossos esforços e, portanto, foi tratado como significativo em nossos trabalhos. Os procedimentos de auditoria que acompanham todos os desdobramentos relacionados às investigações em andamento, os quais podem eventualmente impactar as demonstrações contábeis referentes a eventuais pagamentos sem a efetiva prestação de serviços e/ou entrega de produtos/equipamentos por preços superfaturados, incluindo os respectivos efeitos de impostos e dedutibilidade desses gastos, incluindo juros e multa.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:

- Efetuamos a leitura dos documentos públicos disponíveis relativos às mencionadas operações.
- Efetuamos leitura dos relatórios preliminares preparados pela auditoria interna conforme mencionados na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis e nos Principais Assuntos de Auditoria.
- Verificamos as aprovações internas e documentações acerca da constituição e contratação da Comissão Externa de Investigação e da Equipe de Investigação, responsáveis pela investigação interna independente propriamente dita visando a determinar o seu escopo de atuação;
- Verificamos a existência de comunicação interna do Conselho de Administração determinando a inclusão da Operação Águas Claras no objeto da investigação interna independente;
- Participamos em reuniões, avaliamos e discutimos as principais ações investigatórias das operações conduzidas pelo critério de advocacia independente e respectivo especialista forense;
- Procedemos com reuniões e discussões junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia de forma a entender quais seriam os impactos e riscos de todos os processos em andamento e diligências;
- Avaliamos as informações qualitativas e quantitativas disponíveis e respectivas divulgações apresentadas na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis;
- Envolvemos nossos especialistas em práticas forenses para nos auxiliar na avaliação do escopo e abrangência da investigação interna independente e metodologias utilizadas pelos investigadores independentes até o presente momento destas investigações, inclusive quanto aos procedimentos iniciais de coleta e análise de documentos e/ou criticidade da documentação encontrada-se ainda em fase inicial.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os procedimentos efetuados para a investigação interna independente, em fase preliminar, bem como suas respectivas divulgações relacionadas ao processo e diligências envolvendo as investigações sobre as operações mencionadas acima, estão apropriadas para as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

PLANO DE APOSENTADORIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuais. Vários dos assuntos mencionados, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliarmos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para o reconhecimento de passivos atuais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos

e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

RECONHECIMENTO DE RECEITA NÃO FATURADA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o risco de reconhecimento de receita, o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos de reconhecimento de receita incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíam, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de *impairment* para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriadas para suportar os julgamentos e as informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia possui passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários, cuja provisão para contingência é calculada com base em R\$ 546.672 mil em 31 de dezembro de 2019, como resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinação se a provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíam, dentre outros, a obtenção, análise e cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas análises acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o departamento jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 19, está adequada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para o reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

CONTRATOS DE PROGRAMA/CONCESSÃO

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, 11 e 13b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 435.209 mil registrado como Ativos Financeiros Contratuais, R\$1.756.714 mil registrado como Ativo de Contrato e R\$27.223.560 mil registrado no Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2019, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do Ativo Intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável ("impairment") desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração considere alguns dados baseados em informações geradas por seus relatórios inter-

nos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíam, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento jurídico e operacional da Companhia, além da sua área financeira, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados a continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram apoiar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível *impairment* dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, com base ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu Ativo Intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa nº 13d, mesmo não sendo requerida conforme pronunciamento técnico CPC 01 R1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratar de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíam a leitura do laudo preparado pela Companhia incluído nas previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de *impairment* para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriadas para suportar os julgamentos e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conformidade com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo são de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico, consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não se estende ao Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essas informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, informamos os requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ | CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO | CVM 01982-7
www.sanepar.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

nistração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação de fatos intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das

entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, destacamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes S.S.

CRC 2 P-06853/F-9

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9 "S" PR

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Curitiba, 27 de janeiro de 2020.

CLAUDIO STABILE

Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

JOEL DE JESUS MACEDO

Diretor de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI

Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH

Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI

BRUNETTA

Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO STABILE

Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

JOEL DE JESUS MACEDO

Diretor de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI

Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH

Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI

BRUNETTA

Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2019

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regulamento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. Conforme alteração estatutária realizada no mês de setembro de 2018, sua constituição contempla 4 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração. Seus membros são eleitos com mandato

para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do SANEPAR, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, visando a independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis anuais da Companhia e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e ao cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CAE NO EXERCÍCIO

O CAE manteve diversas reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações, da coligada CS Bioenergia, membros do Conselho Fiscal e com os Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributária, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos membros do CAE com os auditores internos, auditores externos e responsáveis pela gestão de riscos, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. No transcurso do exercício de 2019 ocorreu uma ampla reformulação no escopo, na metodologia de trabalho e no dimensionamento das equipes nas áreas de atuação da Auditoria Interna e de Gestão de Riscos.

Como decorrência de veiculações em diversos meios de comunicação envolvendo ex-agentes de governança da SANEPAR em supostos atos ilícitos nas operações nominadas como “Rádios Patrulha”, “Interação” e “Águas Claras”, o CAE recomendou à Administração da Companhia a constituição de uma Comissão Independente de Investigação para que, em conjunto com a Auditoria Interna e outros prestadores de serviços especializados em auditoria forense, pudesse dar sequência ao processo de investigação, independentemente da Companhia ter sido citada como parte em processos administrativos ou judiciais. A Administração tomou as providências sugeridas, com o o CAE tem mantido estreito acompanhamento das atividades da referida Comissão.

CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua coligada CS Bioenergia, das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus

funcionários e da Auditoria Externa.

Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE, com exceção à “Abstenção de Opinião” manifestada pelos Auditores nas revisões especiais das Informações Trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de setembro de 2019. Contudo, o Relatório dos referidos Auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício em 31 de dezembro de 2019 convergiram para um “Parágrafo de Ênfase”, relacionado às investigações em andamento, tratamento este que o CAE considera mais apropriado às circunstâncias.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, embora aprimoramentos sejam requeridos em assuntos críticos inerentes à prestação de serviços, objeto de sua atividade.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcurso de 2019 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e ao atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Recomenda, portanto, ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras anuais.

Curitiba, 6 de fevereiro de 2020.

ARTEMIO BERTHOLINI

Presidente

CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE

Membro

RUY FONSATTI JUNIOR

Membro

VILSON RIBEIRO DE ANDRADE

Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o “Relatório” com uma ênfase e sem ressalvas do Auditor Independente, “BDO RCS Auditores Independentes S.S.”, datado de 06 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.

RICARDO CANSIAN NETTO

Presidente

LAERZIO CHIESORIN JUNIOR

Conselheiro

LUIS OTAVIO DIAS DA FONSECA

Conselheiro

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

Conselheiro

PAULO ROBERTO FRANCESCHI

Conselheiro

DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E CONTADOR

DIRETORIA EXECUTIVA

CLAUDIO STABILE

Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

JOEL DE JESUS MACEDO

Diretor de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI

Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH

Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA

Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCIA CARLA PEREIRA

RIBEIRO

Presidente

VILSON RIBEIRO DE ANDRADE

JACQUES GEOVANI

SCHINEMANN

RODRIGO SANCHEZ RIOS

ADRIANO CIVES SEABRA

JOEL MUSMAN

CLAUDIO STABILE

CLÉVER UBIRATAN TEIXEIRA DE ALMEIDA

LUIS FERNANDO BORBA

CONSELHO FISCAL

RICARDO CANSIAN NETTO

Presidente

LUIS OTAVIO DIAS DA FONSECA

LAERZIO CHIESORIN JUNIOR

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

PAULO ROBERTO FRANCESCHI

CONTADOR

OZIERES KLOSTER

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8

